

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Constituição Europeia



tratado assinado em Roma

(Última página)



Miguel Relvas Convidado de Honra no Congresso do PP

(Última)



Plataforma tecnológica de Gaia

(Pag. 6)

Intervenção sobre a Conta Geral do Estado de 2002

Deputado Vasco Cunha
Assembleia da República, 24 de Outubro de 2004



(...)

A execução do Orçamento da Segurança Social foi influenciada, no exercício de 2002, por um conjunto de factores, de natureza excepcional e diversificada, que determinaram que esse exercício fosse considerado atípico, com um conjunto de consequências relevantes, quer para a prestação de contas, quer para a elaboração do Parecer do Tribunal de Contas.

(...)

...do ponto de vista operacional, o sistema contabilístico e financeiro da Segurança Social, foi confrontado com a introdução do Euro e, especialmente, com a implementação do novo Sistema de

Informação Financeira (SIF).

Esta nova aplicação informática, orientada para as vertentes orçamental, financeira e administrativa e que relaciona com os subsistemas de apoio operacional, registou grandes dificuldades ao entrar em produção, especialmente ao nível da introdução dos registos contabilísticos e do processo administrativo, teve – como consequência no curto prazo – a perda qualitativa da apresentação de contas.

Assim, em Janeiro de 2002, o SIF arrancou em produção, sem qualquer paralelo que salvaguardasse a informação do anterior sistema – o que se pode considerar, no mínimo, como bizarro – sem garantir que a interacção do SIF com os subsistemas de apoio, como o Sistema de Gestão de Contribuintes (SGC) ou a Gestão de Tesourarias (GT), estivessem totalmente operacionais.

Deste conjunto particular de razões – reforçadas pela auditoria efectuada pelo Tribunal de Contas – resultou que a execução orçamental de 2002 tenha merecido várias reservas e a qualificação de pouco fiável.

Nesta sequência e previsivelmente, a apresentação das contas ao Tribunal por parte das instituições integrantes do perímetro de consolidação da Segurança Social, registou um assinalável atraso, porque muitos dos organismos não cumpriram os prazos legais.

Aconteceu assim nos Açores, com as contas do Centro de Gestão Financeira da Segurança Social que deram entrada na Secção Regional em 10 de Maio de 2004, e na Madeira onde – até 18 de Maio de 2004 – o Centro de Segurança Social ainda não tinha apresentado as contas de 2002.

Apesar destas referências, o Tribunal de Contas salientou a cuidada execução orçamental da despesa, em reflexo de uma boa estimativa dos valores, e também referiu o facto de ter sido dado cumprimento à legislação que impunha o financiamento exclusivo, por transferências do Orçamento do Estado à protecção garantida, no âmbito do sub-sistema de protecção social de cidadania.

É finalmente, neste contexto e nestas contingências, que se compreende a apresentação, ao Tribunal de Contas e à Assembleia da República, de uma Conta Geral do Estado que – no que diz respeito à Segurança Social – é expressamente assumida como provisória.

(...)

Em face destes resultados é fundamental que se saiba se o Governo está, ou não, disposto a acatar as reservas e recomendações enunciadas pelo Tribunal de Contas, designadamente no que diz respeito:

a) A efectivar o aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno da Segurança

Social;

b) A adequar os meios legais e operacionais às necessidades de tornar mais transparentes as contas da Segurança Social;

c) A disponibilizar informação ao Tribunal de Contas que permita definitivamente ultrapassar o carácter provisório das contas.

(...)

agendamento

De Terça-Feira, dia 02

a

Sexta-Feira, dia 05 de Novembro de 2004

Continuação da Discussão do Orçamento do Estado na Generalidade em sede de Comissão de Economia e Finanças

Proposta de Lei n.º 145 IX (Grandes Opções do Plano para 2005)

Proposta de Lei n.º 146 IX (Orçamento do Estado para 2005)

Intervenção sobre a Conta Geral do Estado de 2002

Deputado Alexandre Simões
Assembleia da República, 22 de Outubro de 2004

(...)

Compete à Assembleia da República apreciar as contas do estado e demais entidades públicas, com o parecer do Tribunal de Contas, desta feita relativamente ao ano 2002, depois de um exaustivo debate em sede da comissão de execução orçamental.

(...)

A aprovação unânime é a prova de que é possível ter uma visão imparcial, não partidária, numa matéria tão importante como esta.

Este aspecto é particularmente notável quando o orçamento para 2002 foi por duas vezes rectificado e, finalmente, com a posse do XV Governo Constitucional, alterado em Maio de 2002.

Saliente-se, ainda, que a CGE de 2002 foi apresentada dentro do prazo previsto na Lei de Enquadramento, algo, veja-se o insólito, que o próprio Tribunal de Contas não deixou de destacar.

(...)

...em matéria de disciplina e rigor orçamentais temos claramente de fazer uma dicotomia: o antes e o depois dos governos desta maioria. O antes nem vale a pena recordar e é sobejamente conhecido de todos os portugueses, pontificando os défices galopantes e o despesismo geneticamente cor-de-rosa. O depois: Assente na gestão séria e rigorosa dos dinheiros públicos, controlando o deficit e a despesa pública.

É verdade, sras e srs deputados, que o Tribunal de Contas, no parecer que deu sobre a conta de 2002, apresentou várias conclusões e recomendações, levantando reservas sobre o modelo e os processos de contabilização.

Ora, o TC tem apresentado sistematicamente e ao longo de anos recomendações aos diferentes governos sobre esta matéria.

(...)

...é esta distinção do antes e do depois, do laxismo, primeiro e do rigor – agora – perante as contas públicas, que importa destacar neste debate.

(...)

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre os problemas ocorridos com os catamarans, na travessia Barreiro - Lisboa.

Deputados Luís Rodrigues e outros

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre a recuperação da estrada EN 1 IC 2 entre Coimbra e a Mealhada
Deputado Gonçalo Breda Marques

Requerimento ao Ministro Adjunto do Primeiro Ministro – Secretária de Estado do Desporto

Sobre a Construção do Estádio Municipal de Espinho
Deputado Luís Montenegro



Intervenção sobre o Relatório da Comissão de Execução Orçamental sobre a Conta Geral do Estado de 2002

Deputado António Pinho Cardão

Assembleia da República, 24 de Outubro de 2004



(...)

Coube-me elaborar o Relatório da Comissão de Execução Orçamental, referente à Conta Geral do Estado de 2002.

Dada a relevância da matéria, confirmada pela grelha de tempo que, este ano, lhe foi dada, e como forma de salientar essa importância, optei por apresentar o Relatório desta tribuna.

A CGE de 2002 foi apresentada pelo Governo ao Tribunal de Contas no dia 30 de Dezembro de 2003, dentro do prazo previsto na Lei do Enquadramento Orçamental, para emissão de Parecer, nos termos legais.

O Parecer do Tribunal de Contas foi elaborado com data de 30 de Junho de 2004, também cumprindo os prazos legais, e remetido à Assembleia da República.

A Comissão de Execução Orçamental analisou a Conta, em diversas reuniões, uma delas, logo em Julho de 2004, com o Presidente e alguns Conselheiros daquele Tribunal.

As suas Conclusões foram aprovadas, por unanimidade, pelo PSD, Partido Socialista e CDS/PP, Grupos Parlamentares presentes na reunião da Comissão do dia 20 de Outubro de 2004.

Apresentarei, seguidamente, resumo das Conclusões constantes do Relatório aprovado.

1. Procurou-se, com o Relatório elaborado, cumprir as disposições legais e regimentais que permitam à Assembleia da República “tomar as Contas do Estado” de 2002, ou de “não as tomar”, nos termos do art. 162º da Constituição.

O Relator não pôde deixar de ter como referência fundamental para o seu trabalho o Relatório do Tribunal de Contas, “órgão supremo da legalidade das despesas públicas e de julgamento das Contas...”, nos termos do art. 214º da Constituição.

2. A Conta Geral do Estado é um documento extremamente complexo, abrangendo uma miríade de situações diversas e cobrindo, para além das contas propriamente ditas, os movimentos referentes à Receita e à Despesa, aos Investimentos do Plano, à Dívida Pública, aos Activos e Passivos Financeiros, às Operações de Tesouraria, aos Fluxos com a União Europeia e Sector Público Empresarial e à Segurança Social e muitos outros relevantes.

São milhões de movimentos contabilísticos, processados por entidades

diversas, sujeitos a uma extensíssima legislação, para mais dispersa e passível de interpretação vária.

Por outro lado, a gestão de movimentos com a mesma natureza, por exemplo, a gestão do património do Estado, dispersa-se por Direcções Gerais e Serviços diferentes, com rotinas próprias e regulamentação específica.

Existem ainda problemas de informatização, de integração de plataformas informáticas, de circuitos, de processos, de critérios contabilísticos, de organização e de controlo interno, entre outros constrangimentos relevantes.

Acresce que a Conta foi elaborada num quadro de mutações legislativas importantes, desde a Lei do Enquadramento Orçamental às alterações no Plano de Contabilidade da Segurança Social.

3. Tais circunstâncias tornam naturalmente difícil a elaboração da Conta Geral do Estado de forma coerente, com procedimentos uniformes e controlo eficaz.

Estas razões pesam para que a Conta de 2002, como, aliás, as de anos anteriores, independentemente dos Governos que as elaboraram ou por elas foram responsáveis, sejam objecto de importantes reservas por parte do Tribunal de Contas.

Pesam, mas não explicam totalmente observações quanto aos procedimentos, às lacunas, às irregularidades e mesmo às ilegalidades que o Tribunal de Contas detecta no exaustivo tratamento que faz dos diversos temas.

4. O Relator considera que a apreciação de um documento tão importante como a Conta Geral do Estado deve ser imune a quezílias partidárias.

Por isso, procurou ser objectivo e isento.

Teve a preocupação de evidenciar as grandes linhas de força da CGE e do Relatório do Tribunal de Contas em cada um dos capítulos versados.

Nesse sentido, mencionou nos diversos capítulos do seu Relatório algumas das observações feitas pelo Tribunal de Contas.

Não podendo, obviamente, focar todas as observações do Tribunal, o Relator foi, naturalmente, obrigado a seleccionar algumas que, na sua opinião, melhor lhe pareceram tipificar as situações descritas.

Algumas dessas observações e reservas à Conta Geral do Estado de 2002 (como, aliás, a muitas outras anteriores, independentemente dos Governos que as elaboraram ou por elas foram responsáveis), foram transpostas para as Conclusões, por exemplo:

· Posição de reserva do Tribunal sobre os valores da receita, devido à forma de contabilização efectuada.

· Assunção de encargos sem a devida cobertura orçamental.

· realizações incorrectas, sob o ponto de vista formal, de capital de empresas do Estado (Polis e Hospitais).

· Não integração plena das contas bancárias na tesouraria do Estado.

Certamente que alguns dos Srs. Deputados se referirão a estas ou a outras reservas do Tribunal.

Naturalmente, foram também incluídos alguns dos aspectos positivos evidenciados pelo Tribunal, bem como os aperfeiçoamentos e avanços conseguidos no ano, por exemplo:

· O início do processo de transferência para a conta do Tesouro dos saldos das contas bancárias existentes em nome de responsáveis por serviços daquela Direcção Geral.

· A entrada em funcionamento, em 2002, de um novo Sistema de Gestão de Receitas.

· Aprovação e entrada em vigor, em Janeiro de 2002, da legislação que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições de Solidariedade e Segurança Social (POCISSSS).

· Eliminação de observações de anos anteriores referentes, entre outros pontos, às transferências para a Segurança Social em espécie, que provocaram “uma situação de desorçamentação e consequente subavaliação do deficit orçamental”.

Também certamente que alguns dos Srs. Deputados se referirão a estas ou a outras reservas do Tribunal.

5. Tem-se a consciência que algumas das observações, reservas, irregularidades e ilegalidades não tiveram acolhimento ou pleno acolhimento por parte dos serviços visados, como se retira da análise do contraditório.

Tal situação tem muitas das suas causas numa legislação muito extensa e dispersa, como tal passível de diferentes interpretações por parte dos Serviços e do Tribunal de Contas.

Por outro lado, a gestão e relevância contabilística de muitos factos patrimoniais com a mesma natureza dispersa-se por Direcções Gerais e Serviços diferentes, com rotinas próprias e regulamentação específica, dificultando a coerência e controlo dos movimentos, provocando, assim, as observações do Tribunal.

6. A selecção das observações, das reservas, das irregularidades e até das eventuais ilegalidades que, segundo o Tribunal de Contas, foram praticadas, e independentemente das situações já corrigidas, das medidas tomadas e dos progressos assinalados pelo Tribunal respeitantes às Contas de 2002, e até das dificuldades dos Serviços mencionadas no ponto 2 das presentes Conclusões, e não obstante mesmo a existência de factos eventualmente mal interpretados pelo Tribunal de Contas, ou de especificidades interpretativas deste Tribunal, é exemplificativa de situações que não podem ser ignoradas e a que urge colocar fim.

Algumas das observações de irregularidades, as que possam ter resultado de decisões ministeriais, serão as mais fáceis de atenuar ou de eliminar, mediante uma atenta e oportuna

fiscalização da A.R.

Todavia, grande parte das outras, as que derivam dos procedimentos, dos regulamentos, dos constrangimentos informáticos, nunca poderão ser resolvidas se não houver uma forte vontade política para o efeito, que leve à tomada de medidas, consubstanciadas em programas e acções devidamente calendarizadas.

Tem existindo um problema com as Contas do Estado, e este problema não é só de 2002, como já não era só de 2001, de 2000 ou de 1999.

São problemas que vêm de há anos, e que não se resolverão por acção de uma varinha mágica, nos anos que se seguem.

7. É assim, neste contexto, que o Relator propõe que a Assembleia da República não ignore a posição do Tribunal de Contas.

Tem-se como natural que a elaboração de um documento de tal complexidade, como é a Conta Geral do Estado, nunca possa ser uma obra perfeita.

Mas todos reconhecemos que muita coisa há a fazer para que os erros de há muito diagnosticados e de causas conhecidas sejam definitivamente resolvidos.

Face à repetição das irregularidades e falta de controlo nas contas do Estado e à posição de reserva repetidamente afirmada, ao longo dos anos, pelo Tribunal de Contas sobre as mesmas, o Relator sugere que a Assembleia da República aprove uma Resolução com os seguintes dois pontos:

1. recomendação ao Governo que estabeleça uma programação de trabalhos que defina os principais constrangimentos legais, regulamentares, de sobreposição de competências, informáticos e outros que dificultam a elaboração da CGE, bem como as medidas e as acções a desenvolver e o respectivo custo, de forma a que a elaboração da Conta Geral do Estado cumpra todos os preceitos técnicos, regulamentares e legais e o controlo seja eficaz

2. recomendação ao Governo que dê conta dessa programação ao Parlamento, até à data de apresentação do Orçamento de Estado de 2006.

8. Tal não invalida que se emita o parecer de que a Conta Geral de Estado se encontra em conformidade para apreciação na generalidade e na especialidade, reservando os Grupos Parlamentares a apresentação das suas posições para o debate em Plenário.

Tem, agora, a palavra a Assembleia da República.

Nota Final

O presente Relatório não traduz qualquer juízo de valor, a não ser de carácter político, sobre a natureza dos movimentos financeiros não considerados ou indevidamente considerados na Conta Geral do Estado de 2002, nem põe em causa a idoneidade pessoal dos responsáveis políticos (Ministros ou Altos Funcionários) ou dos diversos intervenientes no processo de gestão do Orçamento e da elaboração da Conta.

(...)

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de 28 de Outubro, na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou 10 diplomas, dos quais dois Decretos-Lei, sete propostas de Lei e uma Resolução.

Dos Decretos-Lei, o primeiro aprova a orgânica do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, definindo a missão, as atribuições e a estrutura orgânica do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.

A Lei Orgânica do XVI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2004, criou o Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho que assumiu, por um lado, as competências na área do trabalho, anteriormente na esfera do ex-Ministério da Segurança Social e do Trabalho e, por outro, deixou de exercer as atribuições que lhe eram anteriormente cometidas, no âmbito dos correios e telecomunicações e do turismo, que passam a pertencer à esfera do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ministério do Turismo, respectivamente.

Regime Jurídico das Sociedades de Advogados

O segundo Decreto-Lei aprova o Regime Jurídico das Sociedades de Advogados e revoga o Decreto-Lei n.º 513-Q/79, de 26 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 237/2001, de 30 de Agosto.

A legislação publicada em 1979 e em 2001, permitindo a institucionalização das sociedades de advogados, veio contribuir decisivamente para uma melhor e mais organizada prestação dos serviços jurídicos, com a relevância social de que os mesmos se revestem.

A livre prestação de serviços, decorrente da integração na União Europeia, exigiu posteriormente a harmonização das formas de prestação desses serviços, de modo a permitir uma concorrência sã e equilibrada entre os profissionais dos diversos Estados membros.

O rápido crescimento do número das sociedades de advogados, ocorrido após a publicação da Lei n.º 80/2001, que alterou o Estatuto da Ordem dos Advogados, veio comprovar a adesão dos profissionais ao esquema societário e às vantagens de que o mesmo se reveste.

Face ao tempo decorrido desde a entrada em vigor daquele diploma e, em função das inúmeras alterações sofridas no exercício da profissão nas duas últimas décadas, cumpre, agora, completar e flexibilizar o regime jurídico dessas mesmas sociedades, aproveitando a experiência adquirida na vigência do regime anterior, adequando o mesmo à evolução da realidade e organizando o seu funcionamento, tipificando a sua natureza, e dando resposta a necessidades e carências manifestadas pelos profissionais que nas mesmas se integram.

As alterações agora introduzidas no regime legal das sociedades de advogados tomaram por referência alguns princípios fundamentais.

Em primeiro lugar, consagrou-se sempre que possível o princípio da liberdade contratual, permitindo-se a cada sociedade de advogados optar pelo regime que melhor entender, à luz das suas características próprias e dos advogados que a integram, tendo sido criada a faculdade de escolha por um regime de responsabilidade limitada.

Em segundo lugar, salvaguardou-se o princípio da natureza não mercantil das sociedades de advogados, não se remetendo a sua regulação para o direito comercial, como sucede noutras ordens jurídicas, antes remetendo para o regime das sociedades civis, as dúvidas de interpretação ou os casos omissos no presente diploma.

Em terceiro lugar, seguiu-se o princípio da institucionalização das sociedades de advogados, assim se criando condições para que, à semelhança do que sucede nos países mais desenvolvidos, se criem e consolidem em Portugal instituições de advocacia. Neste sentido, deve destacar-se a faculdade de a firma da sociedade poder manter o nome de ex-sócios, mediante a autorização destes ou dos seus herdeiros. Relevo merece, também, a obrigatoriedade de estabelecer planos de carreira que detalhem os critérios de progressão do advogado dentro da sociedade.

Em quarto lugar, seguiu-se o princípio da transparência e da credibilidade do exercício da profissão de advogado, nomeadamente tornando obrigatório o depósito na Ordem dos Advogados das contas anuais das sociedades de advogados que optem pela responsabilidade limitada.

Finalmente, acolheu-se o princípio da desburocratização, no que respeita à relação entre a Ordem e as sociedades de advogados. Nesse

sentido, apenas para a constituição da sociedade ou para os casos de cisão ou fusão, prevê-se a necessidade de aprovação prévia pela Ordem dos Advogados dos contratos de sociedade respectivos.

Regime jurídico das armas e suas munições

Uma Proposta de Lei autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico das armas e suas munições.

A legislação em vigor relativa ao comércio e ao uso de armas encontra-se muito desactualizada e dispersa por vários diplomas, pelo que o Governo pretende aprovar uma lei que modernize e actualize o regime jurídico relativo ao fabrico, montagem, reparação, importação, exportação, transferência, armazenamento, circulação, comércio, cedência, detenção, manifesto, guarda, segurança, uso e porte de arma e suas munições, bem como o regime sancionatório adequado a desmotivar as práticas ilícitas associadas e a sua harmonização com o novo Código de Justiça Militar.

Imperativos de segurança exigem a clarificação e a adaptação do regime legal aos conhecimentos tecnológicos e aos estudos de balística mais recentes, criando, com base em critérios científicos, uma rigorosa fixação dos calibres permitidos, harmonizando-se, na medida do possível, a legislação nacional com a legislação de outros Estados-membros.

Impõe-se, ainda, a fixação de regras específicas de segurança na detenção, guarda, uso e porte de arma, estabelecendo regras claras de comportamento para todos os detentores de armas, desde a formação inicial do candidato para a detenção de uma arma, passando pela autorização de compra dessa mesma arma, a sua guarda no domicílio e fora dele e, finalmente, o uso em concreto que é possível dar-lhe.

Por outro lado, é imprescindível a consagração legal de especiais cuidados na segurança, guarda e transporte das armas, bem como de regras claras de comportamento para todos os possuidores de armas, com a consequente previsão de sanções, designadamente, a cassação da licença concedida.

Aprovado o Código Penal

Uma Proposta, após aprovada na AR, consagra o novo texto do Código Penal.

Código de Processo Penal

Por Lei, agora proposta, será alterado o Código de Processo Penal e a Lei n.º 144/99, 31 de Agosto, que aprova a lei de cooperação judiciária internacional em matéria penal.

Estatuto da Ordem dos Advogados

Uma Proposta de Lei aprova o Estatuto da Ordem dos Advogados e revoga o Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, com as alterações subsequentes.

O Estado, porque lhe compete realizar o interesse público da Justiça, assim como o direito e o dever de regulamentar o exercício das profissões liberais, criou a Ordem dos Advogados como uma instituição independente, livre e autónoma nas suas regras, representativa dos licenciados em Direito que exercem a advocacia.

Na sequência da aprovação do Decreto-Lei n.º 84/84, expressamente se consolidou o princípio da descentralização institucional, como forma de administração mediata e reforço da articulação entre o interesse público, decorrente da necessidade de garantir uma efectiva tutela dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos, por um lado, e os interesses profissionais dos advogados, por outro lado.

A presente Proposta de Lei pretende, ao abrigo do mesmo princípio orientador, ajustar o equilíbrio entre os valores que cumpre harmonizar, tendo como pressupostos que a Justiça consiste numa das principais funções do Estado e que a advocacia é uma profissão cujo exercício responsável assegura o Estado de Direito.

Sobretudo ao longo da última década, verificou-se um crescimento exponencial das exigências dos cidadãos e um incremento da dinâmica da sociedade moderna e dos valores sociais e ético-jurídicos que a regem.

Conselho de Ministros

Cumpra ao sistema de justiça, bem como às profissões jurídicas reagir com o mesmo dinamismo, sendo para tal necessário criar as condições que possibilitem a reconfiguração das profissões tradicionais.

Assim, não obstante as sucessivas alterações introduzidas ao citado Decreto-Lei n.º 84/84, resulta essencial à melhoria do funcionamento do sistema de Justiça, uma rigorosa definição de competências e âmbito de actuação dos profissionais que exercem a advocacia, permitindo-lhes adaptarem os seus estatutos e as suas práticas profissionais aos desafios que lhes são impostos pela modernidade e desenvolvimento das sociedades.

Entendeu, pois, o Governo proceder à definição de novos critérios que, com maior transparência, dignificação e valorização permitam organizar a profissão de advogado ao serviço da sociedade.

Lei-Quadro da Reforma do Sistema Prisional

Com este diploma, que resulta do trabalho da Comissão para o Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional, presidida pelo Prof. Freitas do Amaral e que funcionou durante onze meses no âmbito do Ministério da Justiça, é proposta a nova Lei-Quadro da Reforma do Sistema Prisional

Após o amplo debate promovido pela Comissão, e tendo em conta a apresentação prévia e a subsequente discussão, promovida pelo Ministério da Justiça, nomeadamente junto do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior do Ministério Público e da Ordem dos Advogados, a presente proposta de lei estabelece os objectivos e princípios gerais que devem pautar a reforma do sistema prisional, bem como o conteúdo principal da legislação relativa à execução das penas, ao funcionamento dos tribunais de execução das penas e à intervenção dos serviços prisionais e dos serviços de reinserção social. Desenvolvem-se também regras de organização e gestão, bem como o modelo de suporte financeiro do próprio sistema prisional, que permitirão assegurar a concretização da reforma. Consagra-se o princípio da necessidade de ampla renovação do parque penitenciário português, assim como da instituição de adequados mecanismos de acompanhamento da reforma e de avaliação do sistema.

Aponta-se ainda uma calendarização dos passos concretos a empreender para dar corpo às principais alterações consideradas necessárias à implementação faseada do novo sistema, no prazo de doze anos.

Regime da responsabilidade penal das pessoas colectivas

Uma Proposta de Lei que aprova o regime da responsabilidade penal das pessoas colectivas.

A presente proposta de lei visa regular o regime da responsabilidade penal das pessoas colectivas, em sentido mais abrangente do que o hoje resultante do artigo 11.º do Código Penal, e pretende dar cumprimento a vários instrumentos de direito convencional comunitário, assim como a diversas decisões-quadro do Conselho da União Europeia, versando sobre diferentes áreas, que impõem aos Estados-membros o dever de adoptar as medidas necessárias à responsabilização das pessoas colectivas pela prática de actos que integram certos tipos penais.

De facto, desde a entrada em vigor do artigo 31º do Tratado de Amesterdão que se vem impondo a responsabilidade penal das pessoas colectivas, precisamente como decorrência das preocupações com a criminalidade organizada.

O tráfico de armas, o tráfico de menores, o tráfico de mulheres, o tráfico de drogas, o tráfico de órgãos humanos, o tráfico de mão-de-obra, o branqueamento de dinheiro, são formas de criminalidade que têm como característica comum utilizar ou explorar os tecidos de comércio internacional para obter ganhos ilícitos.

Esta circunstância determina que um sistema sancionatório incongruente dentro do espaço europeu pode propiciar dificuldades para os operadores jurídicos e diferenças profundas na igualdade de condições, transmitindo mensagens contraditórias aos cidadãos, em claro arripio dos fins de prevenção geral.

Obtenção da prova digital electrónica

Outra Proposta de Lei aprova o regime de obtenção da prova digital electrónica.

O eficaz combate ao crime e, em particular, ao crime organizado e transnacional, que de forma mais séria e profunda coloca em causa a segurança das pessoas e do seu património, exige meios de investigação adequados.

Ora, a Internet é hoje e cada vez mais um poderoso meio de comunicação, utilizado para a prática de crimes tão diversos e graves como o tráfico de armas e de droga, o terrorismo, o branqueamento de capitais e a exploração sexual de crianças.

Os próprios sistemas informáticos são também amiúde objecto de acções criminosas que visam quebrar a confidencialidade dos dados contidos nos mesmos, a fim de, através da manipulação de tais sistemas e daqueles dados, se causarem danos a empresas e particulares, interferindo, por exemplo, com o sistema bancário.

Impõe-se, assim, que às autoridades competentes para a investigação criminal seja permitido aceder aos dados suficientes e necessários para que a prática de crimes através da Internet não resulte impune e seja reforçada a confiança dos cidadãos na validade das normas vigentes.

Torna-se necessário, portanto, dotar as autoridades de novos métodos de investigação, desde que enquadrados pelo acervo constitucional e legal dos direitos à reserva da vida privada, ao sigilo das comunicações e à protecção de dados pessoais, revelando-se, deste modo, essenciais as ideias de proporcionalidade e de ponderação relativa dos interesses em presença.

Por outro lado, a inexistência da obrigatoriedade das operadoras de comunicações de manterem e conservarem os dados que permitam a recolha de informação quanto à origem, percurso, destino e duração, entre outros dados (dados de tráfego), tem constituído uma dificuldade inultrapassável para a recolha da ora denominada prova digital.

Impõe-se, por isso, garantir que a informação relevante para a investigação seja preservada pelos operadores de telecomunicações e, simultaneamente, que as autoridades a ela acedam em tempo útil.

Contrato entre o Estado e a «Infineon Technologies»

Uma Resolução do Conselho de Ministros aprova a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, a Infineon Technologies, AG, a Infineon Technologies Holding, BV e a Infineon Technologies - Fabrico de Semicondutores Portugal, S.A., para a realização de um projecto de investimento em Vila do Conde.

O projecto de investimento da Infineon Technologies - Fabrico de Semicondutores, Portugal, S.A., ascende a um montante superior a 230 milhões de euros, dos quais cerca de 7 milhões se destinam à formação profissional.

Pretende-se com este investimento a construção de um módulo fabril, para além do já existente, dedicado ao fabrico de produtos de memória DRAM da nova geração. Trata-se de produção de componentes e módulos tecnologicamente avançados, que representa um aumento para o dobro do volume de produção da unidade de Vila do Conde.

O projecto assegura não só a manutenção dos actuais postos de trabalho, mas também a criação de cerca de mais 600 altamente qualificados e prevê a realização de um extenso programa de formação com vista à qualificação da força de trabalho.

O projecto permite que a Infineon Portugal seja a primeira fábrica do Grupo a produzir com a tecnologia FBGA, em volume e com testes de alta-frequência, o que lhe permitirá produzir memórias de última geração, factores que potenciam o desenvolvimento da empresa e reforçam a aposta do Grupo Infineon em Portugal.

A Infineon Technologies AG - o segundo maior fabricante europeu de semicondutores - é proprietária da única fábrica de backend (processo final de produção de circuitos integrados) em Portugal.

A Infineon Technologies - Fabrico de Semicondutores, Portugal, S.A., com sede em Vila do Conde, produz, desde 1998, componentes eléctricos exportados na sua totalidade. Esta empresa conta actualmente com cerca de 900 colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento da tecnologia de vanguarda.

– Fonte: Portal do Governo

Deslocação do Primeiro-Ministro à Turquia



O Primeiro-Ministro desloca-se à Turquia a 2 e 3 de Dezembro, a convite do seu homólogo turco, Recep Tayyip Erdogan.

No âmbito da preparação desta visita, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia está hoje em Portugal.

A visita de Santana Lopes à Turquia irá ocorrer cerca de duas semanas antes de os chefes de Estado e de governo da União Europeia (UE) tomarem uma decisão final sobre a abertura de negociações para a adesão daquele país à UE, numa cimeira agendada para dia 17 de Dezembro.

O Primeiro-Ministro português afirmou há cerca de uma semana que vai seguir as recomendações da Comissão Europeia em relação à Turquia e votar em Dezembro pela abertura das negociações de adesão.

“Apoiamos o princípio da abertura de negociações em conformidade com os critérios definidos em Copenhaga. Vamos apoiar o que resulta do relatório da Comissão”, declarou Santana Lopes.

A Comissão Europeia recomendou aos dirigentes da UE, a 6 de Outubro, a abertura de negociações de adesão com a Turquia, mas fixando condições específicas para o processo, que pode ser suspenso a qualquer momento.

Nas suas conclusões, a Comissão Europeia sublinha que as negociações de adesão deverão permanecer “um processo em aberto”, cujo resultado “não pode ser garantido à partida”.

Recep Tayyip Erdogan esteve em Portugal no início do mês de Julho de 2003 e foi recebido pelo então Primeiro-Ministro, Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia a partir de 1 de Novembro. – **Lusa**

Ministros viajam pelo País, para esclarecer Orçamento

Dezasseis dos 19 ministros do Governo de Pedro Santana Lopes deslocam-se de Norte a Sul do país entre 5 e 11 de Novembro, para explicar a proposta orçamental para 2005 a militantes do PSD e CDS-PP.

De acordo com uma nota divulgada pelo PSD, esta “iniciativa conjunta” com o CDS-PP levará os membros do Governo a todas as capitais de distrito para debater com os militantes de ambos os partidos a proposta de Orçamento de Estado para 2005.

O ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, estará em Faro a 9 de Novembro, e o titular das Obras Públicas, António Mexia, desloca-se a Bragança no dia 5.

Rui Gomes da Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares, vai estar na Guarda a 6, o mesmo dia escolhido pelo titular do Turismo, Telmo Correia (CDS/PP), para a deslocação a Évora.

O ministro de Estado e das Actividades Económicas, Álvaro Barreto, irá a Braga a 11, e o titular do Ambiente, Luís Nobre Guedes (CDS/PP) estará em Beja a 6, o mesmo dia em que a responsável pela Educação, Maria do Carmo Seabra, se vai deslocar a Castelo Branco.

Também no dia 6, o ministro da Justiça, Aguiar-Branco, vai a Coimbra e o responsável pela Saúde, Luís Filipe Pereira, a Aveiro.

O titular das Cidades, Administração Local e Habitação, José Luís Arnaut, estará em Leiria no dia 5 para explicar a proposta orçamental.

Nas sessões públicas participarão ainda os secretários de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Domingos Jerónimo, e do Trabalho, Luís Pais Antunes.

Já o governo anterior, liderado por Durão Barroso, organizara igualmente deslocações pelos vários distritos do país quando cumpriu o seu segundo aniversário.

A proposta de lei do Orçamento de Estado para 2005 foi entregue na Assembleia da República no passado dia 15 e será votada na generalidade a 18 de Novembro. A votação final global está agendada para 7 de Dezembro. – **Fonte: Lusa**

Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro



Do gabinete do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, recebemos a seguinte nota oficiosa: O Governo Português assinou na terça-feira, dia 2 de Novembro, o memorando de entendimento relativo ao Campeonato do Mundo das Classes Olímpicas de Vela, que se realizará em Cascais em 2007. O evento teve lugar às 18.00 horas, na Presidência do Conselho de Ministros.

Na cerimónia estiveram presentes, para além do Presidente da ISAF (International Sailing Federation), Paul Henderson, o Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, Henrique Chaves, o Ministro do Turismo, Telmo Correia, o Secretário de Estado do Desporto, Herminio Loureiro, o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António Capucho, e o presidente da Junta de Turismo do Estoril, Duarte Nobre Guedes, para além de representantes da Federação Portuguesa de Vela, Clube Naval de Cascais e Marcascais.

A assinatura deste memorando ocorreu na sequência de Portugal ter sido escolhido, no passado dia 28 de Agosto, para organizar este Campeonato.

Para o Governo, este é um sinal claro das qualidades que o nosso País e neste caso a Baía de Cascais tem para a prática da vela, bem como uma demonstração do nome que Portugal granjeia em termos de capacidade organizativa dos grandes eventos desportivos.

O Campeonato do Mundo das Classes Olímpicas é um evento que se realiza sob a égide da ISAF, todos os quatro anos, no ano que precede os Jogos Olímpicos, e é a mais importante das fases de qualificação para aqueles Jogos Olímpicos. - **Gab. Min. Adj. PM**

Ministro de Estado e da Presidência

Plataforma tecnológica de Gaia



No dia 25, o Ministro de Estado e da Presidência presidiu, no Porto, à cerimónia de apresentação da plataforma tecnológica de Gaia e teve ocasião de afirmar, ante os jornalistas, que 2005 como data provável para o arranque do Media Parque, projecto que visa desenvolver a produção audiovisual no Norte

Segundo referiu o ministro, perto do final deste ano deverá ser assinado um protocolo com a Câmara de Gaia, que permitirá a racionalização do espaço do Monte da Virgem, onde ficará instalado o Media Parque.

“Há uma pequena parte do terreno que não é utilizada pela RTP e estamos a trabalhar na racionalização desse espaço”, explicou, acrescentando que o objectivo é “transformar o local, não num centro regional, mas numa localização que permita o desenvolvimento, ligando os media”.

O «Media Parque, SA» vai dedicar-se à gestão e comercialização de toda a gama de serviços na área da produção audiovisual, incluindo o arrendamento de infra-estruturas físicas, serviços de apoio logístico e administrativo, meios técnicos e apoio em formação profissional, com base nos activos do Centro de Produção do Porto, da RTP.

Morais Sarmiento acrescentou que há um conjunto de identidades que continuam interessadas em ocupar o Media Parque, nomeadamente ligadas “à produção e realização” audiovisual.

O ministro da Presidência não quantificou o montante necessário a este investimento e referiu que não está ainda definida a possível abertura do capital da empresa a outros parceiros, além da RTP.

“Os investidores podem ou não entrar no capital” do projecto, disse, garantindo, no entanto, que a RTP terá sempre controlo sobre o espaço.

O ministério no orçamento de 2005



Na reunião, Morais Sarmiento defendeu também para o próximo ano “o reforço da vocação do serviço público da RTP e RDP”, bem como o apoio “ao trabalho das administrações da RTP, RDP e LUSA”.

De acordo com a proposta apresentada pelo Governo a 15 de Outubro, a dotação orçamental para a comunicação social vai aumentar 6,9 por cento no próximo ano, face à estimativa para 2004, para 168,1 milhões de euros.

Sobre a RTP, o Ministro voltou a garantir que o Governo não vai interferir de forma directa na programação da estação pública.

“Aquilo que fizemos há dois anos foi definir um modelo de serviço público, o que tem obviamente consequências na programação.

De então para cá, não houve mais nada”, afirmou Sarmiento.

Questionado sobre a ausência de dotação orçamental para a futura entidade reguladora da comunicação social - acordada em sede de revisão constitucional entre maioria e PS - Morais Sarmiento respondeu que “primeiro é necessário consensualizar os seus estatutos”.

O ministro de Estado e da Presidência adiantou, contudo, que a nova entidade poderá ser financiada com as verbas actualmente destinadas à Alta Autoridade para a Comunicação Social e parte dos orçamentos do Instituto para a Comunicação Social e Autoridade Nacional de Comunicações.

Ainda na área da comunicação social, Morais Sarmiento destacou a reestruturação que irá ser feita em 2005 na área da comunicação regional, que culminará numa redução da comparticipação do Estado do porte pago, que passará a ter regras mais claras e que não possam dar lugar a abusos ou má utilização.

De acordo com Morais Sarmiento, a sociedade de informação e o governo electrónico, vão ser uma das apostas do XVI Governo, que reforçou em 8 por cento o orçamento para estas áreas, que sobe para quase 390 milhões de euros.

Na área da imigração, também tutelada pelo Ministério da Presidência, registou-se uma queda de 5 por cento nas verbas destinadas ao Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, que Morais Sarmiento justificou com “o

grande investimento inicial” que foi necessário para construir uma rede de cerca de 40 centros locais de apoio ao imigrante, concluída até final deste ano.

Por outro lado, a prioridade nesta área vai para o programa “Escolhas”, que apoia crianças e jovens de todo o país em situação de risco de exclusão (incluindo filhos de imigrantes), que passará de cinco para nove milhões de euros.

O Instituto Nacional de Estatística sofrerá uma redução orçamental da ordem dos 5 por cento, com Morais Sarmiento a garantir que tal não significará menor actividade, invocando a expectativa de “ganhos de produtividade substanciais” com a reestruturação em curso.

A Igualdade entre géneros, outra das áreas tuteladas por Morais Sarmiento, tem um aumento orçamental de seis por cento, sendo a aposta principal o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. – Fontes: «Lusa» e «Portal do Governo»

Actividade do Governo

Em Moçambique

Visita do Ministro da Presidência articula aspectos da cooperação

O ministro de Estado e da Presidência, Nuno Morais Sarmento, efectuou, desde 5ª feira passada, uma visita de trabalho a Moçambique, que inclui a deslocação a um parque da GALP-Energia nos arredores de Maputo.

Durante a sua presença na capital moçambicana, Morais Sarmento proferiu uma conferência sobre Comunicação Social no Instituto Superior Politécnico e Universitário de Maputo e manteve contactos com responsáveis da estação pública de Televisão de Moçambique.

Na sexta-feira, o ministro da Presidência deslocou-se à Matola, arredores de Maputo, onde se encontram em fase de conclusão os trabalhos de reabilitação de um parque de armazenagem e enchimento de gás de petróleo liquefeito da GALP-Energia.

Estes trabalhos resultam de investimentos de cerca de 2,5 milhões de euros e permitem à empresa aumentar a capacidade de armazenagem de 200 m³ para 500 m³ e elevar a capacidade de enchimento para 4 500 garrafas/dia.

A GALP-Energia é líder do mercado moçambicano de GPL, através da sua participada, a 100 por cento, Moçacor, tendo previstas para este ano vendas superiores a oito mil toneladas.

A empresa detém ainda na totalidade a Petrogal Moçambique, com 18 postos de abastecimento de combustível em todo o país, encontrando-se em 3º lugar no “ranking” de vendas. Televisão: RTP assina cooperação com TVM moçambicana no valor de 360 mil euros

Cooperação com a Televisão Pública de Moçambique

No dia 29, em Maputo a RTP assinou, com a estação pública de Moçambique TVM, um contrato de cooperação no âmbito de equipamento e formação técnica no valor de 360 mil euros.

O protocolo incide na remodelação de um estúdio de produção da TVM, reabilitação de uma régie de áudio e cedência e instalação de equipamentos de comunicações e manutenção.

“Este programa de apoio está integrado na política de cooperação e parte de uma necessidade de avaliação das necessidades identificadas pela TVM”, disse na cerimónia o administrador da RTP, Gonçalo Reis.

Pela parte moçambicana foi realçada a formação técnica que está associada a este protocolo, que faz parte de uma política de cooperação que a RTP tem vindo a manter com todos os países africanos de expressão portuguesa e com Timor-Leste.

Presente na assinatura, o ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, que se encontra em visita de trabalho a Moçambique, mostrou-se optimista para a consecução de um acordo, até ao final de 2005 que permita a instalação de retransmissores para a captação em sinal aberto das emissões da RTP-África nas cidades da Beira (Centro) e Nampula (Norte). – Fonte: Lusa



Gabinete de comunicação e informação do Governo

No dia seguinte, Nuno Morais Sarmento, esclareceu e afastou hoje qualquer “intenção conspirativa”, na criação do futuro gabinete de comunicação e informação do Governo, que tem sido atacado pela Oposição.

“Os governos devem ter, como qualquer empresa, a obrigação de tornar a sua mensagem perceptível”, afirmou o Ministro na apresentação do Orçamento de Estado do seu Ministério para 2005, onde estão consagrados dois milhões de euros para este gabinete.

De acordo com Morais Sarmento, os “únicos objectivos do gabinete de comunicação e informação serão o tratamento da informação que entra e a comunicação das decisões do Governo e não qualquer deturpação da verdade, tentativa de influenciar a opinião, e muito menos conspiração”.

“Nos outros países da EU e nos regimes democráticos em geral, ninguém questiona este tipo de serviços, só aqui é que assume estes contornos extraordinários”, criticou o ministro na resposta, lembrando que o futuro gabinete terá cerca de 30 funcionários, contra os cerca de 200 que desempenham as mesmas funções em Espanha ou os 2.300 em Inglaterra.

Actividade do Governo

Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional



O ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional garantiu, no dia 26 do mês passado, que a fiscalização aos municípios por parte da Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) vai aumentar em 2005, com a contratação de mais 13 inspectores, que passarão a ser 39.

José Luís Arnaut respondia, numa audição parlamentar no âmbito da discussão do Orçamento de Estado (OE) para 2005, às dúvidas suscitadas por um deputado do CDS sobre as medidas para evitar que o aumento da actividade autárquica, com a descentralização e transferência de competências para os municípios, acentuasse a escassez de meios no IGAT.

O ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional referiu que, embora fossem necessários mais meios para fazer as inspecções, o OE contempla a colocação de 13 novos inspectores nos quadros (actualmente são 26) e que poderão ser acolhidos ainda alguns estagiários.

José Luís Arnaut reafirmou que as verbas inscritas no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) visam garantir o máximo aproveitamento dos fundos comunitários e dão prioridade aos projectos com possibilidade de ser co-financiados, mas foi criticado pela taxa de execução do PIDDAC em 2004, que até dia 8 de Setembro se situava em cerca de 60 por cento.

Um elemento da oposição quis saber onde estavam inscritos os apoios sociais que estão contemplados na nova lei do arrendamento e qual o montante necessário.

Segundo o ministro, as verbas estão inscritas na despesa da segurança social e correspondem a 25 milhões de euros.

José Luís Arnaut reafirmou que a nova lei “vai contribuir para a requalificação dos centros urbanos e dos bairros históricos” e que existem mecanismos “para incentivar senhorios e câmaras à reabilitação”.

O Instituto Nacional da Habitação conta com 133 milhões de euros para reabilitação e mais 169 milhões para programas de realojamento que contemplam 2.733 fogos. – Fonte: Lusa

Área da Saúde

O ministro da Saúde recebeu no fim do mês passado, um grupo de cidadãos que pediram audição aquele membro do Governo, para se manifestarem contra o encerramento do bloco operatório do Hospital de Lagos.

Os cidadãos foram recebidos depois da visita do ministro Luís Filipe Vieira ao centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul, em S. Brás de Alportel, visita esta que começou pouco depois das três da tarde.



Ministério da Educação

Um despacho da Ministra da Educação, relativo à avaliação no ensino básico, divulgado no dia 28 de Outubro, determina que os alunos do 9º ano terão de realizar exames nacionais às disciplinas de Português e Matemática, e ainda, provas globais a todas as outras disciplinas, à excepção de Moral, Educação Física, Educação Tecnológica e Educação Artística. Estes exames nacionais, a realizar pela primeira vez no final deste ano lectivo, terão um peso de 30% na nota final dos alunos. No final do 3º ciclo (9º ano), o aluno não é aprovado se tiver uma classificação inferior a 3 (em 5) nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática ou se tiver uma nota inferior a 3 (em 5) em três disciplinas. – Portal do Governo



Actividades do Partido e Autarquias PSD

O Secretário-Geral em Castelo Branco e na Maia



O secretário-geral do PSD, Miguel Relvas, esteve no fim do mês passado em Castelo Branco, para presidir a uma reunião magna da Distrital onde, entre outros assuntos, foi aprovada a moção de estratégia ao próximo Congresso do PSD, marcado para 12 a 14 de Novembro, em Barcelos.

Na ocasião, à margem da cerimónia e falando aos jornalistas, afirmou que o período de extrema austeridade está ultrapassado e Portugal passou a ter uma perspectiva de crescimento económico.

“Num momento em que se cumprem 100 dias de Governo, e com a proposta de Orçamento de Estado (OE) que apresentámos na Assembleia da República, podemos assumir, de forma clara e inequívoca, que ultrapassamos, com êxito, o período de maior austeridade”, disse em declarações à Agência Lusa, lembrando que não devemos entrar em euforias desadequadas da situação, mas devemos compreender e interiorizar que a nossa perspectiva é a do desenvolvimento económico, única que serve Portugal e os Portugueses

E justificou as suas afirmações, afirmando que “no próximo ano o crescimento vai ser 2,4 por cento, permitindo baixar, com efeitos imediatos, a taxa do IRS para 2005, aumentar as pensões entre 2,5 e 9 por cento e, simultaneamente, fazer crescer os vencimentos dos funcionários públicos, ao ritmo da inflação”.

“Nesta grande maratona que é governar um país, os portugueses podem estar descansados porque o nosso Primeiro-Ministro é um campeão da maratona e o PSD espera estar acompanhado por maratonistas e não por campeões de 100 metros”, disse.

Para Miguel Relvas, “um campeão da maratona precisa de ser acompanhado por todos os que têm a mesma pedalada e a mesma capacidade de acompanhar esse mesmo passo”.

Miguel Relvas dirigiu ainda críticas ao PS, perguntando “onde estão as alternativas e as propostas, relativamente àquelas que o Governo apresenta”.

“O PS do engenheiro José Sócrates faz-me lembrar uma equipa de futebol. Isso significa que planeou bem a época, mas o campeonato começou muito mal”, disse, considerando ainda que o líder socialista perdeu claramente o primeiro debate parlamentar com o Primeiro-Ministro, realizado no mês passado.

Na Maia: críticas ao PS, pela sua “ausência de ideias”

Miguel Relvas, o Secretário-Geral do nosso Partido, disse na sexta-feira, passada, na Maia, que não haverá uma coligação nacional com o CDS/PP para as autárquicas e que as alianças entre os dois partidos serão feitas concelho a concelho.

“A política de coligações com o CDS/PP para as autárquicas será feita município a município, de acordo com as decisões das concelhias e das distritais, tal como aconteceu nas últimas eleições, em que houve 47 alianças para candidaturas a câmaras”, referiu.

Miguel Relvas garantiu estar fora de questão uma coligação nacional para as autárquicas e que a forma como os dois partidos vão apresentar-se às legislativas de 2006 só será determinada após o ciclo eleitoral que se avizinha e que inclui ainda as presidenciais e o referendo sobre a Constituição Europeia.

Miguel Relvas desafiou ainda o PS votar favoravelmente o Orçamento de Estado (OE) para 2005 e a “não ficar nas meias tintas”.

“Há que questionar o PS: se não é contra o aumento das pensões ou da descida dos impostos, porque não vota a favor do Orçamento de Estado”, afirmou o dirigente social-democrata, falando num jantar promovido pela concelhia da Maia do PSD.

O Secretário-Geral disse “estranhar” que alguém eleito com a clara maioria que José Sócrates obteve na luta pela liderança do PS já esteja a “ser criticado por um dos derrotados, Manuel Alegre”, por não estar nem a favor nem contra a Lei do Arrendamento.

“José Sócrates fala em abstenção, Manuel Alegre diz que votaria totalmente contra. Desde que foi eleito, o líder do PS tem-se mostrado praticamente ausente da vida política portuguesa”, afirmou Miguel Relvas, que lembrou que este Orçamento mostra que o Governo, tal como o Presidente da República há tempos afirmou, que “há vida além do défice”.

“O PS não estava à espera de um documento tão expansivo e tão preocupado com a justiça social, daí estar a reagir como tem reagido”, acrescentou.

Questionado sobre as suas expectativas para o congresso de Novembro do PSD, Relvas disse esperar que ele venha a revelar-se um encontro “à PPD/PSD, com debate e dinamismo”.

O Secretário-Geral disse não temer que o Congresso acabe por ficar marcado pelas ausências de nomes sonantes do partido, garantindo estar a receber “dezenas de pedidos por dia, de militantes e independentes empenhados em participar”. – Fonte: Lusa



Actividades do Partido e Autarquias PSD

Câmara do Porto reduz taxas urbanísticas



A Câmara do Porto aprovou no dia 2, por unanimidade, uma proposta da maioria para reduzir, em alguns casos até 80 por cento, as taxas de compensação em operações urbanísticas.

“Espero que esta redução venha reanimar o mercado imobiliário na cidade”, comentou o vice-presidente da Câmara, Paulo Morais, no final da sessão privada do executivo.

Segundo o autarca social-democrata, o valor das taxas até agora cobrado era responsável pelo agravamento médio dos custos dos apartamentos em 50 mil euros cada.

Estas taxas são devidas nomeadamente quando os promotores imobiliários ficam isentos da obrigação de ceder terrenos ao domínio público.

A redução de taxas, aprovada por unanimidade, terá ainda de ser ratificada pela Assembleia Municipal e abrangerá também “centenas de processos” já aprovados mas ainda não levantados, explicou Paulo Morais.

Mesmo destas taxas, haverá uma isenção para obras na Zona Histórica e na Foz Velha, desde que a zona edificável não aumente 25 por cento.

Na Baixa, os promotores beneficiam de desconto de 80 por cento dos valores das taxas devidas.

Nesta reunião privada da Câmara do Porto, a 127/a do mandato, a autarquia aprovou, também por unanimidade, uma operação de realojamento de 13 famílias que habitam na “ilha” do Caçoila, em Cedofeita, centro da cidade.

Nos termos da proposta aprovada, o senhorio daquele que é um dos mais insalubres aglomerados habitacionais do Porto, indemniza a autarquia em 125 mil euros.

Com semelhanças às “vilas” alfacinhas ou a algumas favelas brasileiras, as “ilhas do Porto” são concentrações de casas térreas e abarracadas, dispostas ao longo de corredores estreitos e sujos, com um único e discreto acesso à rua mais próxima.

O diagnóstico mais recente sobre a questão, o «Estudo sócio-económico das Ilhas do Porto», encomendado pela autarquia em 2002, indicava que 8.678 agregados familiares vivem ainda nestes locais, 25,8 por cento dos quais em situação de extrema pobreza.

Também na área habitacional, a Câmara cedeu os direitos de superfície de um terreno à cooperativa das Fontainhas para construção de 31 habitações. –

Fonte: CMP e Lusa

Agenda da distrital de Setúbal



No dia 29 do mês passado, a Distrital participou na sessão inaugural de Le Mille Sabords, o maior festival náutico da Europa, com o Ministro de Estado e dos Assuntos do Mar, e o Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, em Arfon - França;

A 30 de Outubro, presença no Concerto de Inauguração do Órgão de Tubos, na Igreja de Arrentela;

Ontem, reunião da Comissão Política Distrital e da Comissão Política de Secção de Santiago do Cacém, na Sede de Concelhia, em Santiago do Cacém;

Hoje, está marcada uma reunião dos Deputados, eleitos por Setúbal, com o Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho, Álvaro Barreto;

Amanhã, dia 5, jantar organizado pela JSD/Almada, de comemoração do seu 30º Aniversário, com as presenças do Presidente da JSD, Nuno Jorge Sá, e o Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Gonçalo Capitão;

No dia 6, debate sobre o Orçamento de Estado 2005, com a presença do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, Fernando Negrão, no Novotel, Setúbal. –
CPD, Setúbal

PSD de Ovar

A Comissão Política do PSD de Ovar endereçou ao Instituto de Estradas de Portugal (IEP) uma carta com várias sugestões de sinalização para as vias que atravessam o concelho. A mais importante prende-se com o IC1/A29, onde o PSD pretende que a sinalização existente seja complementada com a indicação das freguesias. É o caso da saída Ovar Norte, que deveria indicar as freguesias de Arada, Ovar e S. João, e da saída designada por Ovar Sul, que dá acesso às localidades de Válega e S. Vicente de Pereira.

Na missiva, o presidente da concelhia social-democrata, Álvaro Santos, sustenta que esta acção “pode contribuir em muito para uma correcta informação aos utilizadores sobre os percursos mais adequados para cada caso” e, atendendo à quantidade de pessoas que já utiliza o IC1/A29, poderia igualmente servir para “valorizar as freguesias”.

Álvaro Santos recomenda também ao IEP que sejam assinalados os acessos ao Hospital de Ovar, à praia do Furadouro, à Zona Industrial de Ovar e à Ria de Aveiro. Esta sinalização deveria ser colocada, desde logo, naquela via principal, mas também nos percursos de ligação à rede viária local e nas rotundas em que tal medida fosse conveniente.

Na carta, o PSD de Ovar congratula-se ainda pela conclusão da obra de construção do IC1, que descreve como “uma via estruturante e muito importante para o desenvolvimento do concelho de Ovar”. – **Gab. Imprensa PSD/Ovar**

100 dias de Governo: uma síntese



Num seminário da OCDE sobre a Internet de Banda Larga, realizado no Porto, na semana passada, o ministro de Estado e da Presidência, Morais Sarmento, considerou que os 100 dias do actual Governo correspondem a “tempos especiais” e “particularmente fascinantes”, apontando o “rasgar de novas fronteiras”.

“São tempos especiais, como qualquer projecto que começamos na vida”, disse Morais Sarmento, que somando este 100 dias com a sua experiência no executivo anterior, presidido por Durão Barroso, sublinhou “o gosto de poder continuar alguns trabalhos, alguns projectos e algumas realizações que ficariam prejudicados se não pudesse continuar a governação com a direcção que ela vinha tomando”.

Dois dias depois, o Governo apresentou um documento que sintetiza as “mais significativas acções” que marcam a “primeira etapa da vida – de 100 dias - do XVI Governo Constitucional”.

O documento, distribuído aos jornalistas no final da reunião semanal do Conselho de ministros, enumera as actividades desenvolvidas pelo Governo desde que tomou posse, a 17 de Julho de 2004.

Ao longo de 21 páginas, é dada nota das principais reuniões internacionais do primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes, nomeadamente a sua participação na 59ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, e das iniciativas tomadas pelos 17 ministros que compõem o executivo.

Ao todo, são 187 as medidas referidas no documento, entre elas a assinatura do acordo luso-espanhol referente ao MIBEL, a proibição da entrada do “Barco do Aborto” em águas territoriais portuguesas e a aprovação da proposta de lei que autoriza o Governo a proceder à revisão do Código da Estrada.

A nova Lei do Arrendamento, a nomeação do novo director da Polícia Judiciária, a introdução do pagamento de portagens nas SCUT e a apresentação da proposta de Orçamento de Estado para 2005, são outras das medidas de referência do documento, que começa por referir as principais reuniões internacionais do Primeiro-Ministro e que foram, no plano multilateral, a participação na 59ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, a cimeira de Líderes Contra a Fome e a reunião com o Secretário-Geral das Nações Unidas.

No plano bilateral e em relação à Europa, a Cimeira Luso-Espanhola com o Presidente Zapatero, com o presidente indigitado da Comissão Europeia, Durão Barroso, com os presidentes da República da Finlândia, da Letónia da Confederação Helvética e ainda com os Primeiros-Ministros de França, Suécia, Croácia e Alemanha.

Quanto a países do hemisfério americano, Pedro Santana Lopes manteve encontros com o Presidente da República do Brasil, Vice-Presidente do Brasil, Presidentes da Argentina, Chile e Primeiro-Ministro do Canadá.

Da África e Médio Oriente, estiveram na agenda do Primeiro-Ministro de Portugal, o Presidente da República da Nigéria e Presidente da União Africana, os Presidentes da República de Moçambique, de S. Tomé e Príncipe, o Rei de Marrocos, o Presidente da República da África do Sul e os Primeiros-Ministros da Argélia e do Iraque.

Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho

O detentor desta pasta, participou na assinatura do Acordo Luso-Espanhol referente ao MIBEL; na aprovação pela Comissão Europeia do Plano Nacional de Distribuição de Licenças de Emissão de CO₂; na aprovação pela Comissão Europeia do processo de extinção dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) e do respectivo mecanismo de compensação aos produtores e aprovação em Conselho de Ministros e na Assembleia da República da Lei de Autorização Legislativa que permite ao Governo legislar sobre este ponto;

Foi autor do relatório “Programa de Actuação para reduzir a dependência de Portugal face ao Petróleo” no âmbito da Comissão Interministerial designada para o efeito e coordenada pelo MAET.

Outras medidas do seu Ministério englobaram a criação de uma estrutura de missão, com a finalidade de assegurar a avaliação da refinaria de Matosinhos da Galp Energia e de propor ao Governo um modelo de actuação relativamente ao destino futuro da refinaria.

A circulação da proposta de decreto-lei que procede à transposição da Directiva relativa aos bio combustíveis.

Apresentação de proposta de decreto-lei que procede à transposição da Directiva relativa à qualidade dos combustíveis;

Reestruturação do Ministério, nomeadamente com a entrada de organismos do Trabalho, saída de organismos do Turismo e da Ciência e Ensino Superior e integração do Gabinete de Gestão na Secretaria-Geral, inserta na lei orgânica do MAET;

Nomeação da nova equipa do conselho directivo do ICEP-Portugal (ICEP) e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI);

Finalização, aprovação e apresentação à Assembleia da República da proposta de lei da formação profissional que cria o Sistema Nacional da Formação Profissional, identificando os agentes que o integram, as respectivas atribuições, bem como definindo os princípios que regem a sua coordenação, organização, financiamento e avaliação;

Conclusão do Plano Nacional de Emprego/2004, estando o documento actualmente em análise no Conselho Económico e Social;

Homologação de projectos de investimento do PRIME (Programa de Incentivos para a Modernização da Economia) no valor aproximados de 658 M€ de FEDER e 41,4 Milhões de FSE com apoios respectivamente de 180 Milhões e de 20 Milhões. Aprovação em Conselho de Ministros de apoios a 4 grandes projectos de investimento no valor de Milhões 78,3 no valor global de apoios de 24,2.

Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Proibição da entrada e atracação do navio «Borndiep», chamado Barco do Aborto, no porto da Figueira da Foz. Esta decisão do Governo foi confirmada/considerada correcta, em 6/9/04, pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, que considerou que o Governo agiu em defesa da lei;

Exército antecipa em dois meses o fim do Serviço Militar Obrigatório nas Forças Armadas. A decisão, que vai permitir a profissionalização das Forças Armadas, foi possível pelo facto de o Exército ter conseguido contratar o número mínimo de praças (12.000) para poder funcionar;

Portugal adquire cinco aviões P-3 para patrulhamento marítimo e busca e salvamento à Holanda, substituindo a actual frota de 6 P-3. A decisão representa uma poupança ao Estado de 36 milhões de euros;

Criação dos Laboratórios de Bioterrorismo e Bromatologia em instalações do Exército;

Constituição do Fundo dos Antigos Combatentes. O complemento especial de pensão aos 400 mil antigos combatentes passou a ser pago em Outubro;

Inauguração do cais fluvial da Ermida, em Baião;

100 dias de Governo: uma síntese

Modernização dos aviões F-16. Assinatura do FMS Case QAK (contrato de sustentação dos F-16) e assinatura do M5 (contrato do desenvolvimento do software e do hardware para actualização destes aviões); lançamento do concurso para fornecimento de aeronaves de transporte táctico e de vigilância marítima. O custo deste programa, previsto na actual Lei de Programação Militar, é de 356,811 milhões de euros;

Despacho para a execução de obras e grandes reparações de infra-estruturas da Força Aérea Portuguesa;

Inauguração do porto de pesca da Gala, na Figueira da Foz;

Protocolo entre a Força Aérea Portuguesa e os CTT, acordo que permite acelerar o correio para os Açores;

Aprovação no Conselho Superior de Defesa Nacional das «Missões das Forças Armadas» e do «Sistema de Forças», conceitos revistos pelas Chefias Militares a solicitação do Ministro de Estado e da Defesa Nacional;

Apresentação das futuras instalações da Agência Europeia de Segurança Marítima e do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência;

Projecto de constituição da Zona Contígua, instrumento jurídico que permitirá a Portugal ter uma zona tampão para lá das 12 milhas e que visa combater a poluição marítima, as redes de imigração clandestina e a ameaça terrorista.

Ministro do Estado e da Presidência

Imigração e Minorias Étnicas

Centros de Apoio ao Imigrante. Desde a tomada de posse do XVI Governo foram inaugurados mais três Centros Locais de Apoio ao Imigrante e até ao próximo dia 15 serão abertos mais 18 em todo o País. Em seis meses de funcionamento, estes centros atenderam já mais de 100.000 pessoas em Lisboa e mais de 20 mil no Porto. O centro, juntamente com o call center SOS Imigrante e o Observatório da Imigração, foi saudado num recente relatório das Nações Unidas como um esforço importante do Governo



Português, em parceria com as autarquias, para a integração de imigrantes;

Candidaturas ao Programa Escolhas - 2ª Geração. Foram recebidas 505 candidaturas de 2000 entidades distintas de 215 concelhos do país. O júri irá aprovar cerca de 80 projectos;

Comunicação Social

Estatutos da nova entidade reguladora dos media. Projecto está a ser analisado por especialistas, parceiros do sector da comunicação social (sindicatos, associações de telespectadores, associações dos meios etc.) e outras forças parlamentares, tendo em vista iniciar-se a instalação da nova entidade ainda em 2004;

Média locais e regionais. Foram aprovados diplomas que dão continuidade à reforma nesta área. A redução do peso financeiro do Estado será feita depois da concessão de apoios diversificados e adequados às exigências do sector, designadamente na área da formação e inserção de profissionais. A redução progressiva do porte pago, a distribuição da publicidade do Estado nestes meios e a proibição da sua publicação nos Boletins Autárquicos são medidas complementares do pacote, que entrará em vigor até 2005. No sector da radiodifusão local pretende-se alterar a Lei da Rádio para que os operadores se associem em emissões conjuntas ou em cadeia e alienem direitos sobre os alvarás;

Sociedade de Informação

Internet de Banda Larga. Até final de 2005, a Internet de Banda Larga deverá ser uma realidade num número cada vez maior de lares portugueses, incluindo as regiões “info-excluídas”. O governo pretende ainda massificar a utilização das tecnologias de informação e da comunicação nas escolas do ensino básico e secundário (incluindo a atribuição de vouchers a 150 mil professores para a compra de computadores portáteis). Junto das Autarquias, estão a desenvolver-se esforços para assegurar computadores e software educativo nos mais de 4 mil estabelecimentos do Ensino Pré-Escolar. Vai-se ainda implementar em todas as instituições de ensino superior a incitativa e-U/Campus Virtuais e ampliar e desenvolver a Biblioteca do Conhecimento Online (b-on), bem como criar um sistema nacional de certificação em TIC;

Instituto Nacional de Estatística

INE. O Novo Modelo Organizacional do Instituto foi implementado a 1 de Outubro. A reforma do Instituto deverá estar finalizada em Junho de 2005.

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Diplomas aprovados

Proposta de Orçamento de Estado para 2005;

Integração das tesourarias de finanças nos serviços de finanças;

Transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva 2001/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho;

Privatização da EDA;

Aprovação da 5ª fase do processo de reprivatização do capital social da EDP;

Área Financeira, Patrimonial e Fiscal

Estudo sobre o Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas;

Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas;

Estudo sobre a 5ª fase de privatização da EDP, 1º e 2º fases de privatização da

EDA, sobre a fase de privatização da GDP e da GALP;

Estudo e análise da titularização do Património do Estado;

Orientações tendo em vista o combate à fraude e evasão fiscal;

Reforma da Administração Pública

Orientações relativas à elaboração e aprovação dos diplomas legais que aprovam as orgânicas. Sua calendarização. Apoio à elaboração das Leis Orgânicas dos Ministérios criados pela Lei Orgânica do XVI Governo Constitucional (MCIES, MT, MOPTC, MSSFC, MAET, MAOT e MCALHDR);

Elaboração de anteprojecto de Lei Orgânica do MFAP;

Reactivação e retoma dos trabalhos dos Núcleos de Acompanhamento da Reforma (NAR);

Estudo sobre o estatuto remuneratório do pessoal dirigente da administração directa do Estado (artigo 31º da Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro), o estatuto remuneratório dos membros do conselho directivo dos institutos públicos (artigo 25º da Lei nº 3/2004, de 15 de Janeiro), com vista à fixação da remuneração de fiscal único (artigo 27º da Lei nº 3/2004, de 15 de Janeiro); e a indicação das remunerações, abonos e seus montantes, atribuídos pelos organismos aos membros das comissões e conselhos supra mencionados.

Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas



Visita do Chanceler Gerard Schroeder. A primeira visita bilateral do Chanceler Alemão a Portugal permitiu criar condições muito favoráveis de relacionamento com vista à análise dos principais dossiers europeus;

Assembleia-Geral das Nações Unidas. Anúncio pelo Primeiro-Ministro de um reforço financeiro na ajuda ao combate à pobreza; grande número de encontros bilaterais de alto nível e importância mantidos pelo Primeiro-Ministro com o Secretário-Geral das Nações Unidas, com os Presidentes de Moçambique, da África do Sul, da Nigéria (também da União Africana), da Argentina, do Chile, da Finlândia, da Confederação Helvética, com o Rei de

Marrocos e com os Primeiros-Ministros do Iraque, da Suécia, da Croácia e do Canadá;

Aprofundamento das relações luso-brasileiras com a visita do Primeiro Ministro ao Brasil, enquanto convidado especial do Presidente Lula da Silva para as celebrações do aniversário da independência – distinção sem precedentes – e as diversas iniciativas tomadas pelos Chefes da diplomacia dos dois países;

Crise na Guiné-Bissau. Papel desempenhado pelo Governo Português, através do Ministro dos Negócios Estrangeiros e sob coordenação do Primeiro-Ministro, no alerta a todos os fóruns internacionais para se encontrar uma solução que confirme os princípios democráticos resultantes do voto popular;

Reunião UE / Mercosul. A reunião de Lisboa, proposta pelo Governo português, permitiu reabrir o dossier e criar novas pontes de diálogo que possibilitem um acordo durante o ano de 2005;

Papel da CPLP. A Cimeira de São Tomé, e posteriores contactos mantidos pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, apontam para que,

100 dias de Governo: uma síntese

finalmente, esta estrutura tenha um papel activo e seja um espaço de afirmação da lusofonia no panorama internacional; a crise na Guiné-Bissau permitiu evidenciar de modo muito positivo a nova política da CPLP;

Visita do Presidente Joaquim Chissano. A reunião entre o Primeiro-Ministro e o Presidente moçambicano permitiu clarificar não só as relações entre os dois países, mas também definir os termos em que se irá resolver o contencioso sobre Cahora Bassa;

Candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança. A Cimeira Luso-espanhola resultou no apoio de Madrid à candidatura portuguesa a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na assinatura do Mibel, na aprovação de programa Cidades de Fronteira e no impulso à cooperação no sector portuário;

Perspectivas financeiras 2007 / 2013. Portugal, Espanha e Grécia chegaram a acordo na adopção de uma posição comum relativamente às negociações do orçamento comunitário 2007 / 2013, defendendo o princípio de que cada Estado membro deverá contribuir com 1,24 % do PIB para o futuro orçamento comunitário.

Ministério da Administração Interna



Segurança Rodoviária

Está a decorrer campanha que alerta para o problema da sinistralidade com peões, prevenindo-se o lançamento de 2ª fase até 15 de Novembro, bem como a distribuição por todas as escolas de cadernos de educação rodoviária destinados a alunos do 1º ciclo do ensino básico;

Código da Estrada. Proposta de Lei que autoriza o Governo a proceder à sua revisão aprovada pela Assembleia da República no dia 24 de Setembro, com os votos a favor da maioria e do PS e a abstenção dos restantes partidos da oposição.

Segurança Interna e Imigração
Reforço da cooperação bilateral (Portugal/Espanha) no domínio do combate ao terrorismo, criminalidade

organizada e imigração ilegal;

Inauguração formal do posto misto de fronteira de Vila Real de Santo António / Ayamonte, em 20 de Outubro no âmbito do reforço da cooperação bilateral em matéria de combate à imigração ilegal;

Foi aprovado, em Conselho de Ministros de 2 de Setembro o Acordo de Cooperação com Marrocos na área da Imigração;

Aprovação, em Conselho de Ministros, do Projecto de Proposta de Lei que autoriza o Governo a rever o regime legal de armas e munições (o anterior diploma data de 1949 e só tem sofrido, ao longo do tempo, alterações parcelares);

No âmbito da Prevenção da Delinquência, o Ministério de Educação e o MAI têm trabalhado conjuntamente para a operacionalidade do Programa de Policiamento “Escola Segura” e com o Ministério do Turismo para a implementação do Projecto “Segurança no Turismo” nos concelhos de Cascais e Loulé, bem como o projecto-piloto de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, que inclui o acompanhamento das vítimas;

Assinatura, em Noordwijk (Holanda), da declaração de intenções de constituição da futura Força de Gendarmérie Europeia, que será formada entre Portugal, Espanha, Holanda, França e Itália.

Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional

Aprovação da Reforma do Arrendamento Urbano;

Concretização do lançamento do projecto de reabilitação de Rabo de Peixe num investimento de 25 milhões de euros dos fundos EFTA;

Aprovação de programa de reabilitação de 5.000 fogos e a construção de 300 novas habitações municipais no Porto, um valor total do investimento de 144,5 milhões de euros repartido em partes iguais pela Câmara do Porto e pelo INH;

Constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana de Coimbra;

Assinatura no Mosteiro de Alcobaça com 19 autarquias da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo de contratos-programa num investimento global de 54 milhões de



Ministério da Justiça

Acordo de regime. Terminou a primeira ronda de audições com as diferentes profissões jurídicas e com os partidos políticos;

Reforma da Acção Executiva. Entraram em funcionamento os três primeiros juízos de execução do país, dois em Lisboa e um no Porto;

Reforma do Notariado. Estão a ser analisadas as 1500 candidaturas para a atribuição do título de notário e subsequente licença de instalação;

Apoio Judiciário. No dia 29 de Julho foi publicada a Lei n.º 34/2004 que alterou o regime de acesso ao direito e aos tribunais, permitindo um maior acesso à justiça. Foi ainda disponibilizado, pelo Ministério da Justiça, uma verba no valor de 10 milhões de euros para o pagamento dos patrocínios oficiosos e que foi consagrada

um verba no valor de €4,4 milhões de euros para o pagamento dos valores remanescentes;

Pulseiras Electrónicas. Têm estado a ser adoptadas medidas legislativas, administrativas, regulamentares e técnico-operativas, bem como reforçada a capacidade de intervenção do Instituto de Reinserção Social, dotando-o dos necessários recursos humanos, logísticos, tecnológicos e financeiros para



proceder ao desenvolvimento da vigilância electrónica em situações bem determinadas. O custo médio por recluso em sistema prisional acarreta para o Estado o encargo de aproximadamente 40,00 euros/dia, enquanto que o custo médio de cada arguido sujeito a vigilância electrónica ascende ao valor de, aproximadamente, 15,00 euros diários; deste modo a adopção desta medida importa uma redução de custos na ordem dos 120%;

Cooperação Internacional. Assinatura, em Maputo, de Memorando de Cooperação na área da Justiça, com o Ministro da Justiça da República de Moçambique e assinatura, em Lisboa, de Memorando sobre o Programa-Quadro de Cooperação no Domínio da Investigação Criminal, com o Ministro do Interior da República de Moçambique;

Acordo entre Direcção Geral dos Serviços Prisionais e Ordem dos Advogados. Instalados Gabinetes de Consulta Jurídica nos Estabelecimentos Prisionais de Lisboa e de Coimbra, que durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2004 serão assegurados, de forma exclusiva, por Advogados;

Mediação Vitima Agressor. Criação de um Grupo de Trabalho para concretizar a Decisão Quadro respeitante a esta matéria;

Polícia Judiciária. Dr. Santos Cabral nomeado novo director. Inauguração das novas instalações do Departamento de Investigação Criminal da Guarda;

Centro de Estudos Judiciários. Nomeação da nova Directora do Centro de Estudos Judiciários, Professora Anabela Rodrigues.

Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas

Atribuição de quotas favoráveis para a frota portuguesa na 26ª reunião da NAFO (Organização das Pescarias do Noroeste Atlântico);

Fim do embargo de Bruxelas aos bovinos portugueses, apesar da resistência francesa;

100 dias de Governo: uma síntese



Assinatura do contrato de adjudicação da “Empreitada de Construção da Rede Secundária de Rega do Bloco III e do Caminho da Arriaga” no valor de 4 milhões de euros, inserido no projecto de aproveitamento hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira;

Assinatura de protocolo com a Caixa de Crédito Agrícola para operacionalizar 2 milhões de euros de apoio financeiro aos agricultores em virtude dos incêndios do verão de 2004.

Homologação do Comunicado de Vindima de 2004 que estabelece as bases para a produção, elaboração e transacção de uvas e mostos aptos à distribuição das denominações de origem vinho do Porto e vinho do Douro produzidos na Região Demarcada do Douro (RDD);

Operacionalização da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) através do regime de pagamento único, o princípio da eco-condicionalidade, a modulação das ajudas directas e o reforço da política de desenvolvimento rural;

Reserva para Portugal da pesca de espécies demersais (peixes até 400 metros de profundidade, ex: pescada) nas águas continentais;

Cobertura a 100% do efectivo das vacas aleitantes (carné);

Aprovação do pacote para os incêndios no valor de 5,5 milhões de euros;

Aprovação da lei orgânica da Agência Portuguesa de Segurança Alimentar, (APSA);

Reforço das verbas da Comissão Europeia para a reestruturação e reconversão da vinha. Acréscimo de 41% face à média dos últimos 4 anos;

Ministério da Educação



Aprovação da Rede Global de Ensino de Língua e Cultura Portuguesa no Estrangeiro para 2004/05;

Garantia do financiamento do 3º ano dos cursos profissionais da região de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito do PRODEP;

Renovação dos protocolos sobre Educação Sexual com a Associação Nacional de Planeamento Familiar, Movimento Defesa da Vida e Fundação Portuguesa A Comunidade Contra a Sida;

Aprovação das redes de Técnicos Especializados (Terapeutas da Fala; Psicólogos; Interpretes...) para efeitos de contratação;

Ensino Particular Cooperativo – Contratos de Associação – clarificação das regras de matrícula dos alunos com

influência nos contratos;

Elaboração conjunta pelas secretarias de Estado da Educação e da Administração Educativa de uma estratégia de combate ao Abandono Escolar;

Aprovação de medidas para melhorar o rendimento escolar das Escolas classificadas nos últimos lugares dos rankings de exames do 12º ano;

Criação de equipas de apoio às escolas para recuperação do atraso no início do ano lectivo, especialmente em relação aos alunos que terão exames nacionais;

Adjudicação à Portugal Telecom da instalação da Internet de banda larga nas Escolas;

Início das consultas aos parceiros sociais com vista a alterações ao Decreto-Lei n.º 35/2003 (concurso de colocação de docentes), que serão aplicadas já no concurso para 2005/2006;

Criação, na dependência das Ministras da Educação e da Ministra da Cultura, de um Grupo de Trabalho com vista à elaboração de um Plano Nacional de Leitura;

Criação de Grupo de Coordenação para elaboração de programas curriculares no âmbito da área disciplinar de Formação Pessoal e Social.

Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior



Acesso ao ensino superior público. Aulas começaram pela primeira vez a 14 de Outubro, incluindo os alunos colocados na 1ª e 2ª fase. Admitiram-se 800 novos estudantes dos países africanos de expressão oficial portuguesa, através do regime especial de acesso, com divulgação dos resultados a 28 de Setembro na RDP e RTP África;

Abertura de 52 novos cursos de especialização tecnológica em 19 estabelecimentos de ensino superior público e privado (universitário e politécnico); Criada a Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologia da Produção de Aveiro Norte;

Desenvolvimento de mecanismos de cooperação internacional, nomeadamente através da assinatura a 22 de Outubro do Acordo de Cooperação

entre a República Portuguesa e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, no domínio do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia;

Aumento do investimento público em ciência e inovação, por reforço das capacidades de actuação dos Laboratórios de Estado e das infra-estruturas tecnológicas, através da avaliação dos Laboratórios Associados existentes e da abertura de concurso para novos laboratórios; da negociação final para atribuição do estatuto de laboratório associado a 6 unidades de I&D; e da autorização do financiamento no valor de 84 M€, a 229 projectos candidatos ao Programa Nacional de Recuperação Científico;

Promoção da inovação, através da homologação de novos projectos de investigação científica em consórcio entre empresas e instituições de I&DI;

Aumento e qualificação dos recursos humanos em ciência e inovação, através da abertura do concurso para estímulo à excelência (direccionado a cientistas seniores com provas dadas no domínio da investigação) e concessão de cerca de 1.400 bolsas de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento; Promoção do emprego científico, pela homologação de novos projectos de inserção de Mestres e Doutores em Empresas;

Promoção e Divulgação Científica e Tecnológica Projecto MEGACIÊNCIA. Produção de 13 programas televisivos em prime time, com o objectivo de despertar a curiosidade e sensibilizar a sociedade em geral para as áreas da cultura científica, da tecnologia, da física, da química e da matemática. Valor do investimento: 1.000.000 € Financiamento público: 378.000 €, sendo 38% FEDER;

1º Campeonato de Jogos Matemáticos numa parceria entre a Sociedade Portuguesa de Matemática, o Centro de Competências “Entre Mar e Serra” e a Associação de Professores de Matemática, com o objectivo de promover, pela primeira vez em Portugal, um campeonato neste domínio dirigido aos estudantes do ensino básico e secundário. Valor do investimento: 22.190 €. Financiamento público: 21.838 €, sendo 50% FEDER.

Ministério da Saúde

Estabelecido calendário para a instalação progressiva de novas unidades de radioterapia em Aveiro, Braga, Bragança, Évora, Faro, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu;

Fase final do Programa Especial de Combate às Listas de Espera Cirúrgicas (PECLEC) com 120.000 casos resolvidos; arranque do Sistema Integrado de Gestão dos Inscritos para Cirurgia; anúncio público da entrada em vigor da atribuição do vale-cirurgia para ser utilizado pelo utente em Hospitais ou Clínicas convencionadas do sector social e privado;

Desenvolvimento da Rede de Cuidados Continuados e de



100 dias de Governo: uma síntese

Acolhimento Hospitalar para doentes crónicos, com a celebração de protocolos de colaboração com as Misericórdias;

Rede de Cuidados Primários. Centros de Saúde. Expurgo dos óbitos e duplicados nas listas de utentes de modo a proporcionar a cada português o seu Médico de Família; reunião com todos os Directores dos Centros de Saúde;

Apresentação do modelo da "Holding" para a Rede de Hospitais SA;

Definição dos critérios de gestão empresarial pelas administrações públicas nos Hospitais do Sector Público Administrativo (SPA);

Parcerias Público/Privado. Concursos públicos para as nove Unidades Hospitalares anunciadas; lançamento do concurso para o Hospital de Cascais
Plano Nacional de Saúde: nomeação da Comissão de Acompanhamento e designação dos responsáveis pelos Programas Sectoriais entre 2004 e 2010;

Política do Medicamento: consolidação da quota de mercado de medicamentos genéricos que subiu para 8%;

Centro de Atendimento da Saúde - abertura do concurso para Call Center;

IDT - Instituto da Droga e Toxicod dependência: Designação do Dr. Nuno Freitas para presidir ao novo Conselho de Administração;

No âmbito do Plano Nacional de Luta contra a SIDA, foi assinado o Manifesto Laboral com as Confederações patronais e Centrais Sindicais;

Recursos Humanos. Acumulação de funções de médicos dirigentes (alteração ao artigo 20º do Estatuto do SNS) em promulgação; Internatos Médicos (alteração da remuneração) - em Secretários de Estado; Classificação dos Centros de Saúde - publicado em 20 de Out. 04; Regulamentação do Internato Médico; Diploma sobre "Carenciados"; Estatuto da Ordem dos Enfermeiros: reconhecimento dos diplomas de enfermagem dos PALOP.

Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança



Lei Orgânica do Ministério/gabinete da Segurança Social, da Família e Criança;

Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, que alarga no nível de risco dos investimentos deste fundo;

Consagração do sistema complementar de pensões, a par do sistema público e do sistema de acção social. Aguardam-se os pareceres solicitados ao Conselho Nacional da Segurança Social e Instituto de Seguros de Portugal;

Rendimento Social de Inserção. Os tempos médios de processamento corrigidos até ao final do mês. Os problemas identificados no acesso a esta medida de indivíduos sem rendimentos à data de apresentação do requerimento estão a ser resolvidos;

Estratégia Nacional da Luta Contra a Droga e as Toxicod dependências. Na área da prevenção primária, foram assinados 51 novos planos municipais de prevenção e renovados 76 com autarquias;

Concluída a alteração do funcionamento dos CDT's (Comissões de Dissuasão de Toxicod dependências), por forma a permitir uma maior eficácia na redução dos consumos, a par de uma diminuição de custos;

INA vai avaliar a estratégia nacional da luta contra a Droga e as Toxicod dependência, através de um protocolo assinado entre o IDT e essa instituição, que prevê um plano pormenorizado dessa avaliação a concluir no final do corrente ano, a fim de logo a seguir de dar início à elaboração da estratégia nacional para os próximos anos;

Normalização das relações com a saúde mental, designadamente através da elaboração de protocolos de cooperação - um assinado com o Hospital Conde de Ferreira/ /Porto e outro a assinar com o Hospital Júlio de Matos -, o que era imprescindível devido aos efeitos das drogas a nível mental e sobretudo das chamadas "novas drogas";

Apoios excepcionais às vítimas dos incêndios. O Ministério da Segurança Social da Família e da Criança aprovou medidas de apoio de emergência de concessão prioritária e que visam agilizar procedimentos. Estas medidas incidem no subsídio de sobrevivência às famílias, no subsídio mensal complementar aos pensionistas que perderam os seus rendimentos e em apoios sociais de natureza eventual.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações



É introduzido o pagamento de portagens nas auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT). Regime de isenção vai vigorar por um período de 3 a 4 anos;

Alta Velocidade. RAVE assina o projecto de gestão integrada da Alta Velocidade com o consórcio Tyco/Holland/Railconsult, vencedor do concurso internacional de 2003. O contrato assinado é de 9.499.360 euros;

Prof. Manuel Pinto Barbosa sucede ao Engº Cardoso e Cunha na presidência do Conselho de Administração da TAP Air Portugal; Dr. António Ramalho é nomeado novo presidente da CP - Caminhos de Ferro Portugueses. O Dr. Pedro Duarte Neves foi nomeado presidente da Anacom;

Autoridades Metropolitanas de Transportes passam a Entidades Públicas Empresariais;

Novo regime de exploração do Metro de Superfície do Mondego;

Centralização de todas as compras de energia das empresas de transporte público tuteladas pelo MOPTC. Esta medida permitirá ao Governo, só na área dos transportes, uma poupança de dois milhões de euros por ano;

Resolução que estabelece a criação de auto-estradas Vila Real - Bragança (IP4), Portalegre - A23(IP2) e IP2.Beja - A23;

REFER e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho assinam protocolo para a construção de cinco passagens superiores na Linha do Norte, no âmbito do projecto de modernização desta ferrovia. As obras ascendem a 2,8 milhões de euros, cabendo à respectiva autarquia custear cerca de 500 mil euros;

Assinatura do protocolo entre a Câmara de Lisboa, a Administração do Porto de Lisboa e a REFER -Rede Ferroviária Nacional, que pretende ajustar a intervenção destas entidades no âmbito do nó rodo-ferroviário, com um custo estimado em 1,3 milhões de euros;

REFER (Rede Ferroviária Nacional) fecha circulação no túnel do Rossio, por razões preventivas de respeito pela manutenção de padrões de segurança.

Ministério da Cultura



Regulamentação da Lei do Património - Lei 107/2001, de 8 de Setembro;

Regulamentação da Lei do Cinema - Lei 42/2004, de 18 de Agosto;

Publicação da Lei Quadro dos Museus - Lei 47/2004, de 19 de Agosto;

Início dos trabalhos da estrutura de missão do projecto "Faro Capital Nacional da Cultura - 2005";

Início dos trabalhos do Grupo que tem a seu cargo o projecto Turismo Cultural, a desenvolver pelo Ministério da

Cultura e pelo Ministério do Turismo;

Revisão da legislação aplicável ao Registo de Obra Literária e Artística;

Aquisição do Atlas Universal de 1643, de João Teixeira pelo IAN/TT, por 1.500.000,00 Euros;

Projecto de Decreto-Lei que aprova a tabela de taxas emolumentares devidas pelo registo de obras literárias e artísticas e respectivo Regulamento;

Ampliação da Torre de Reservas da Biblioteca Nacional, (com um investimento de cerca de 10 milhões de euros a suportar pelo orçamento do MC) através de concurso público a ser lançado em 2005. O projecto é do arquitecto António Pardal

100 dias de Governo: uma síntese

Monteiro que construiu o edifício principal;

Introdução nos currículos escolares já no ano lectivo de 2005/2006 de uma disciplina artística e patrimonial;

Início das obras de construção do Centro Interpretativo das ruínas do Mosteiro Santa-Clara-a-Velha que abrirá ao público em 2007;

Fundação Museu da Região do Douro. Com o objectivo de dar cumprimento à Lei nº 125/97, em 2003, o Ministério da Cultura retomou as negociações com os representantes da RCV, interrompidas em anteriores legislaturas, com vista à aquisição de um imóvel situado em Peso da Régua, pelo montante de 1.705.888,81 € a pagar em dois anos (1.000.000,00 € no acto da escritura (Junho de 2003), e 705.888,81 € a pagar no primeiro semestre de 2005. Este projecto prolongar-se-á até ao final de 2007, com o projecto de recuperação da sede principal na cidade da Régua, que será também co-financiado por fundos comunitários através do Programa Operacional da Cultura (POC) e do Programa Operação Norte (PON).

Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

Aprovação do aditamento ao contrato de concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa que permite a adesão dos concelhos de Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Oliveira do Hospital e Seia;

Candidaturas ao Fundo de Coesão. Resíduos e abastecimento e saneamento de águas residuais perfazem investimento global de cerca de 203 milhões de euros. No sector dos resíduos, as candidaturas apresentadas desde Agosto cobrem praticamente todo o território nacional e foram desenvolvidas de acordo com a Estratégia Nacional de Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis a Depositar em Aterro;

Aprovação do decreto-lei que transpõe para o direito nacional o sistema europeu de Comércio de Emissões que envolverá 224 instalações nacionais (12 mil europeias) do sector da energia (combustão, refinarias, fornos de coque) e da indústria (siderurgia, cimento, cerâmica, vidro, papel e celuloses), correspondentes a mais de 43% de todas as emissões de dióxido de carbono;

Aprovação do Decreto-lei que transpõe correctamente as Directivas Aves e Habitats – o mais importante e estruturante instrumento legislativo europeu no domínio da conservação da natureza – que havia sido incorrectamente transposto em 1999 (como atesta o acórdão de Julho de 2003 do Tribunal de Justiça das Comunidades);

Aprovação do Decreto-lei que institui o sistema de gestão integrada dos resíduos eléctricos e electrónicos;

Lançamento do Programa “Monitorização, benchmarking e reconhecimento da Mobilidade Sustentável” através do qual se procederá à monitorização em 2005 do nível de integração das políticas de transportes e ambiente (mobilidade sustentável);

Lançamento de um Programa Nacional de apoio à elaboração de Agendas 21 Locais (Estratégias, de âmbito local, de Desenvolvimento Sustentável);

Divulgação do relatório da IGA sobre o Parque Natural da Arrábida com consequente acção do MAOT através do envio do relatório ao Ministério Público para apuramento das responsabilidades indiciadas. Impugnação judicial de todos os actos ilegais detectados, com a consequente anulação dos processos de construção que padeçam de ilegalidades. Envio do relatório da IGA à Polícia Judiciária para apuramento de eventuais responsabilidades criminais. Instrução de processos para demolição das construções clandestinas detectadas;

Aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana. É o 3º Plano de Ordenamento aprovado nos últimos dois anos, não tendo havido entre 1995 e 2002 qualquer aprovação.

Ministério do Turismo

Aprovação da Lei Orgânica do Ministério do Turismo; deslocalização do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro para Faro;

Lançamento de novas escolas do INFTUR. Está a decorrer a audiência prévia para a abertura da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e negociações para o realojamento do núcleo existente de Formação em Hotelaria e Turismo de Santa Maria da Feira. A construção do núcleo escolar de Lamego já foi adjudicada, enquanto o núcleo escolar de Trás-os-Montes (Mirandela) entra em funcionamento este ano. Foi ainda aberto um concurso público para a construção do núcleo escolar de Viana do Castelo;

Medidas relativas à promoção da Marca Portugal, tendo em vista o aumento da procura. Adjudicação dos trabalhos de concepção criativa da campanha internacional de turismo (em 19 de Outubro) que visa a captação de novos mercados emergentes;

Elaboração e execução da identidade e lançamento de uma campanha de promoção interna. Adjudicação dos trabalhos de concepção criativa da campanha de turismo interno (em 19 de Outubro);

Aprovação do novo Portal do Turismo Português;

Apoio à realização, em Portugal, de eventos culturais e desportivos internacionais com impacto mediático em 2005-2006: Swedish Match Cup (Julho - Agosto). Troféu Quebra Mar Chrysler (Agosto). Manutenção, no Autódromo do Estoril, do Grande Prémio de Motociclismo de Portugal. Apoio à realização do campeonato alemão de carros de turismo Deutsche Tourenwagen Meisterschaft (DTM). Realização do Algarve World Cup, pertencente ao World Golf Championship (WGC);

Turismo desportivo e golfe. Aprovado o plano global de imagem e comunicação do produto golfe de 2005 a 2006;

Turismo cultural. Definição e execução de um Plano Bidual de Desenvolvimento do Turismo Cultural;

Qualificação da oferta. Revisão do regime jurídico do Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica – SIVETUR, com a introdução de critérios qualitativos na análise dos projectos;

Jogo. Publicação da portaria que aprova a dimensão, características e requisitos de conforto e funcionalidade do Casino de Lisboa. Aprovação do ante-projecto;

Revisão do Acordo Luso - Espanhol de cooperação no sector do Turismo (1982). Intercâmbio entre organismos, tendo em vista o estabelecimento de mecanismos de promoção conjunta nos mercados intercontinentais. Incremento da colaboração institucional em matéria de estatísticas e estudos de mercado.

Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro



Assinatura de um Protocolo entre IDP, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes através do qual se atribuíram aos atletas paralímpicos portugueses e respectivas equipas técnicas - num total de 44 pessoas - bolsas de preparação para os Jogos Paralímpicos no valor global de 344.581 euros;

Aumento do apoio financeiro ao programa de preparação olímpica em 24% relativamente ao Projecto Sydney 2000, no quadro do protocolado entre IDP, Comité Olímpico de Portugal e federações desportivas de modalidades olímpicas;

Acompanhamento da participação das Missões de Portugal nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paralímpicos – Atenas 2004;

Campanha «Fair Play Também Nas Estradas. Acção de prevenção rodoviária que decorre em parceria com o Ministério da Administração Interna;

Vitória da candidatura à realização em Portugal do Campeonato do Mundo de Vela de 2007;

Criação de 72 postos de Banda Larga nas capitais de Distrito. O processo teve início em Novembro de 2004 e termina em Fevereiro de 2005;

POSI. No âmbito do projecto diploma de Competências Básicas, foram aprovadas candidaturas de novos 45 mil formandos para o período 2005-2006. O financiamento é de 2.500.000 euros. Entre 2001 e 2004 foram passados 84 mil certificados deste tipo;

Reanálise do “Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade” e selecção de acções concretizáveis a curto prazo, como a instituição do Prémio de Acessibilidade, publicitação obrigatória da acessibilidade em eventos culturais e na restauração, e sinalética de percursos para cegos nas estações ferroviárias, de metro e fluviais;

Projecto “Praias acessíveis – praias para todos”. Visa tornar as praias marítimas e fluviais acessíveis a pessoas com dificuldades de mobilidade;

Diploma que reconhece o Sistema Braille;

Alteração do desconto de 25% para 30%, por equiparação ao desconto concedido através do “Cartão Jovem”, no âmbito do Protocolo com a CP, a pessoas em risco de exclusão, nos comboios de médio e longo curso;

Implementação da Ficha Técnica da Habitação. – Fonte: Portal do Governo



Acórdão do Conselho de Jurisdição Nacional da JSD

Processo n.º13/2004

Em 27 de Julho de 2004, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de impugnação, apresentado pelo companheiro Renato João Ferreira Antunes, militante n.º 126837 do Partido Social-democrata, tendo por objecto a anulação dos actos eleitorais para os órgãos sociais da Secção I da Juventude Social-democrata de Lisboa (JSD), ocorridos no dia 9 de Julho de 2004.

Reunido na sede nacional da JSD, na cidade de Lisboa, no dia 26 de Setembro de 2004, o CJN deliberou, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º50 do Regulamento Jurisdicional da JSD, avocar o pedido de impugnação - atendendo à natureza e fundamentos da impugnação - e nomear como relatores os vogais Altino Sousa Freitas e Bernardo Freitas Azevedo, para apreciação, instrução do processo e redacção do projecto de acórdão, o qual veio a ser aprovado por unanimidade em reunião plenária do Conselho de Jurisdição Nacional, realizada do Funchal, Região Autónoma da Madeira, no dia 23 de Outubro de 2004, onde estiveram presentes os seguintes membros: Filipa Guadalupe, Pedro Almeida, Altino Sousa Freitas, Paulo Cutileiro e Bernardo de Freitas Azevedo.

ACÓRDÃO 9/2004

I – DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO

Em síntese, o impugnante alega o seguinte:

- 1- O presidente da mesa chegou 25 minutos atrasado ao acto eleitoral não permitindo que determinados militantes se manifestassem;
- 2.º No referido acto eleitoral, 31 militantes foram impedidos de exercerem o seu direito de voto pelo presidente da mesa que presidia ao acto;
- 4.º A um outro militante, de nome Ricardo Jorge Garcia Calçada, foi também recusado o direito de voto.

II- DA CONTESTAÇÃO

Foi notificada para audição a Presidente da Comissão Política da Secção I de Lisboa e o órgão que praticou o acto ora impugnado, tendo a primeira suscitado desde logo uma questão prévia ao pedido, a saber, **a falta de legitimidade do companheiro Renato João Ferreira Antunes.**

Alega em síntese que o impugnante não é militante da JSD, não constando dos ficheiros fornecidos pelos Serviços Centrais da JSD e que constituem o caderno eleitoral para o acto eleitoral impugnado.

Ademais, a sua inscrição nem sequer foi aprovada em reunião da Comissão Política do PSD da Secção I, conforme documento junto sob o n.º 2.

Assim, não teria o impugnante capacidade eleitoral activa para o acto eleitoral em questão, como também não teria para o pedido de impugnação em apreço.

Pede assim que seja o pedido de impugnação liminarmente indeferido e arquivado.

III – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Foram tidos em conta como relevantes os seguintes documentos:

- (i) Caderno eleitoral com relação dos militantes que exerceram o seu direito de voto;
- (ii) Acta da eleição;
- (iii) Fichas de inscrição no PSD dos militantes em causa;
- (iiii) Declaração da Comissão Política do PSD da Secção I.

IV – DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

1. Nos termos do n.º 7 do art.º 32 do Regulamento Jurisdicional da JSD, “*nos casos em que o pedido de impugnação seja subscrito por um militante a título individual, deverá constar na mesma a sua identificação, número de militante e a residência, sendo-lhe aplicável com as necessárias adaptações o disposto nos números anteriores.*” (o sublinhado é nosso!)

A falta desses elementos determina o **indeferimento liminar** do mesmo, nos termos do n.º 1 do art.º 34 do Regulamento Jurisdicional da JSD.

O impugnante apenas se identifica como militante do PSD, nada referindo quanto ao facto de ser ou não militante da JSD bem como qual a sua residência.

É certo que o impugnante não consta dos ficheiros da JSD, não sendo militante dessa organização política.

2. Dispõe o n.º 2 do art.º 34 dos Estatutos da JSD e o art.º 33 do Regulamento Jurisdicional da JSD que “*Têm legitimidade para impugnar qualquer acto eleitoral os respectivos candidatos, conjunta ou individualmente, bem como qualquer militante com capacidade eleitoral no acto eleitoral em questão. (...)*”

O impugnante não detinha qualquer uma dessas qualidades, carecendo desta forma de legitimidade activa.

A falta de legitimidade é fundamento para o **indeferimento liminar** do pedido de impugnação nos termos do n.º 1 do art.º 34 do Regulamento Jurisdicional da JSD.

3. De acordo com a 2.ª parte do n.º 2 do art.º 34 dos Estatutos da JSD, “*(...) O pedido de impugnação deverá ser formulado ao Conselho de Jurisdição Nacional no prazo de 15 dias a contar da data em que o acto impugnado tiver sido praticado.*”

É também o que dispõe o n.º 1 do art.º 32 do Regulamento Jurisdicional da JSD.

O pedido de impugnação *sub judice* é dirigido ao Presidente do Conselho de Jurisdição Distrital da JSD, contrariamente à previsão das normas supra mencionadas.

O pedido de impugnação foi entregue dentro do prazo fixado para o efeito.

V – DA DECISÃO

Em face do supra exposto, **indefere-se** o pedido de impugnação apresentado pelo militante do PSD Renato João Ferreira Antunes.

Notifiquem-se o impugnante, a Presidente da Mesa do Plenário que praticou o acto impugnado e a Presidente da Comissão Política da Secção I de Lisboa.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Funchal, 23 de Outubro de 2004

A Presidente do CJN/JSD

(Filipa Guadalupe)



Acórdão do Concelho de Jurisdição Nacional da JSD

Processo 11/2003

Em 3 de Julho de 2003, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de impugnação deduzido pela companheira Sónia Martins Reis. Reunido em São João da Madeira, no dia 20 de Julho de 2003, em sessão plenária ordinária, foi o mesmo pedido atuado com o nº de processo 11/2003 e distribuído pelo vogal Paulo Cutileiro Correia.

ACORDÃO 01/2004

DA IMPUGNAÇÃO

A companheira Sónia Reis veio solicitar ao Conselho de Jurisdição Nacional da JSD(adiante, CJN/JSD) que declare nulas todas as deliberações tomadas em reunião ilegal do Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa da JSD ocorrida em 30 de Junho de 2003.

Em síntese, a companheira Sónia Reis alega que:

- o Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa da JSD reuniu no dia 30 de Junho de 2003;
- era membro efectivo do Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa da JSD na data em apreço;
- a companheira não esteve presente na reunião do mesmo;
- a companheira não foi convocada para a reunião;
- nunca lhe foi dada a conhecer a ordem de trabalhos.

No seu requerimento, a companheira Sónia Reis faz ainda um outro tipo de considerações(relacionado com o local da realização da reunião), que, todavia, considera não ser motivo de impugnação.

DA INSTRUÇÃO

A impugnante tem legitimidade e o pedido foi apresentado dentro do prazo regulamentar.

Tendo presente o objecto da impugnação, entendeu-se dever ouvir o Presidente do Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa da JSD à data dos factos – o companheiro Alberto Martins da Luz -, uma vez que a ele lhe competia a convocação do mesmo para as suas sessões. No decurso do seu depoimento, foi junto aos autos uma declaração subscrita pelos membros do Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa(onde não consta a impugnante), em que é descrita a forma como decorrem as convocatórias para aquele órgão.

A audição do referido companheiro veio a revelar-se suficientemente esclarecedora para, desde já, poder ser decidido o pedido de impugnação.

DOS FACTOS PROVADOS

No dia 30 de Junho de 2003 realizou-se uma reunião do Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa da JSD.

A convocatória para a referida reunião não foi afixada na sede distrital da JSD.

Baseamos esta convicção no facto de os depoimentos serem concordantes nestas matérias.

DOS FACTOS NÃO PROVADOS

Não resulta provado que a companheira Sónia Reis não tenha sido convocada para reunião que ocorreu no dia 30 de Junho de 2003

Entende-se, de igual modo, como não provado que não tenha sido dado conhecimento à companheira Sónia Reis da ordem de trabalhos da supra aludida reunião.

No que respeita a estes dois pontos, a companheira Sónia Reis e o companheiro Alberto Luz apresentam diferentes versões dos factos. Não nos tendo sido apresentados outros elementos de prova, torna-se, de todo, impossível confirmar o alegado no requerimento de impugnação.

DA DECISÃO

A. As deliberações de um órgão com a natureza e características de um conselho de jurisdição distrital só serão válidas se resultarem de uma reunião do mesmo para a qual tenha sido dado prévio conhecimento da sua realização, bem como da sua ordem de trabalhos, aos seus membros. Tomando conhecimento prévio da realização da reunião do órgão, bem como das matérias que o seu presidente pretende ver tratadas, recai sobre o seu membro a decisão de marcar ou não presença e de participar nos trabalhos.

B. Para a convocatória para reuniões de um órgão como o Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa não resulta das disposições em vigor na JSD uma qualquer formalidade especial: seja quanto ao momento, seja quanto à forma.

Não existindo um tratamento expresso desta matéria, somos de parecer que dever-se-á exigir que as convocatórias para reuniões de órgãos com estas características assegurem: o conhecimento por parte de todos os membros do órgão; a antecedência temporal razoável que permita a qualquer dos membros ajustar a sua agenda; a indicação clara dos assuntos a tratar.

Exigências suplementares ao formalismo da convocatória, como sejam – por exemplo – a expedição de cartas (registadas ou simples), fixação em sedes, ou anúncios no Povo Livre, não nos parecem razoáveis, por excessivas ao prosseguimento dos fins supra referidos.

C. Os factos alegados pela requerente Sónia Reis e que se vieram a considerar provados são por si só insuficientes para que possamos considerar que a reunião do Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa da JSD que aconteceu em 30 de Junho de 2003 tenha sido contrária aos preceitos em vigor na JSD.

Pelo exposto, considera-se improcedente o pedido de impugnação deduzido pela companheira Sónia Reis.

Aprovado pelo Conselho de Jurisdição Nacional, reunido no Porto, em sessão ordinária, em 14 de Fevereiro de 2004.

Notifique-se a Requerente e o Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no sítio.

Porto, 14 de Fevereiro de 2004

A Presidente do CJN/JSD

(Fílipa Guadalupe)



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia dos militantes de Águeda, para uma reunião plenária a realizar no dia 10 de Dezembro de 2004 (sexta-feira), na sede concelhia, sita na Quinta dos Olivais em Águeda, às 20h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação do manifesto eleitoral e da (s) candidatura (s) concorrente (S) ao acto eleitoral para a Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção.

2. Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas de candidatura deverão ser entregues ao presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, na sede concelhia até às 24h00 do dia 7 de Dezembro de 2004, devendo respeitar os requisitos constantes dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, encontrando-se para o efeito abertas as portas da sede concelhia nos dias 6 e 7 de Dezembro das 21h00 às 24h00.

No dia do Acto Eleitoral as urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

ALIJÓ

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD e do nº2 do Artigo 16º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Alijó, para reunir no dia 3 de Dezembro de 2004 (sexta-feira), a partir das 21h00 na Escola Secundária der Alijó, sita na Avenida 25 de Abril, em Alijó, sita na Avenida 25 de Abril, em Alijó, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua Francisco Artur Martins – Bloco 1, 2º Esquerdo, em Alijó, entre as 21h30 e as 24h00.

As urnas estarão abertas das 21h15 às 23h15.

DISTRITAL DE BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos

Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se para o próximo dia 18 de Dezembro de 2004, as Eleições para os Órgãos Distritais de Bragança, que deverão decorrer nas respectivas sedes concelhias, desde as 15h00 até às 17h00.

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais

- Mesa da Assembleia Distrital;
- Comissão Permanente Distrital;
- Concelho de Jurisdição Distrital;
Delegados de cada Secção à Assembleia Distrital.

Nota: As listas aos órgãos distritais, com excepção das de Delegados à Assembleia Distrital deverão ser entregues na Sede Distrital à Mesa da Assembleia Distrital;

As listas candidatas a Delegados de Secção à Assembleia Distrital, deverão ser entregues nas sedes de secção às Mesas respectivas.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 3 de Dezembro de 2004, com início às 21h00, na sede concelhia, sita à Rua Eng. Duarte Pacheco, nº 987 – Vermoim – Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política e das conclusões do XXVI Congresso.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia de Secção de Matosinhos para reunir ordinariamente no próximo dia 19 de Novembro de 2004, às 21h30, na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política ou partidária;
2. Debate entre os candidatos à Comissão Política Concelhia.



NÚCLEO de ARGONCILHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o plenário de Núcleo da JSD de Argoncilhe, para

reunir no próximo dia 3 de Dezembro de 2004, pelas 21h30, na Sede Local, sita na Rua do Pavilhão Gimnodesportivo, n.º 35, em Argoncilhe, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1-Eleição do Comissão Política do Núcleo Residencial da JSD de Argoncilhe.

2-Análise da Situação Política.

NOTA:

As listas candidatas, devem ser entregues, na Sede supra indicada, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 22h00 às 23h00.

NÚCLEO da UNIVERSIDADE LUSÍADA do PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Estudantes Social Democratas da Universidade Lusíada do Porto, para reunir no próximo dia 2 de Dezembro de 2004, pelas 17h00, na Sala C5 da Universidade Lusíada do Porto, sita na Quinta do Semide, Rua Dr. Lopo de Carvalho, Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do NESDULP e eleição da Direcção do NESDULP.

NOTA:

1-As listas deverão ser entregues à Presidente da Comissão Académica da JSD/Porto, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede da Comissão Política Distrital da JSD/Porto, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2-As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

ARCOS de VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Arcos de Valdevez, a reunir no próximo dia 3 de Dezembro de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD, no Concelho de Arcos de Valdevez, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
2-Eleição da Comissão Política de Secção.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá das 21h30 às 22h30, em sistema de urna aberta.

As listas candidatas deverão ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no mesmo local da votação.

PAREDES de COURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD Paredes de Coura, a reunir no próximo dia 3 de Dezembro de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD, no Concelho de Paredes de Coura, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
2-Eleição da Comissão Política de Secção.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá das 21h00 às 23h00, em sistema de urna aberta.

As listas candidatas deverão ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no mesmo local da votação.

MAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Mação, para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2004 (Sábado), pelas 15h00, na Sede, sita na Urbanização Horta da Nora, lote 61, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1-Eleições para a Mesa do Plenário de Secção e Comissão Política de Secção;
2-Informações;
3-Análise da Situação Política.

NOTA:

1- As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção de Mação;

2-As candidaturas a todos os Órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos;

3-Os primeiros 30 minutos seguintes ao período da contagem do quórum servirão para a apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna permanecerá aberta por um período de 1 hora,

assim sendo a urna estará aberta das 15h30 às 16h30.

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Benavente, para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2004 (Sábado), pelas 10h00, na Sede, sita na Rua Dr. Ruy Azevedo, n.º 19, Benavente, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleições para a Mesa do Plenário de Secção e Comissão Política de Secção;
- 2-Informações;
- 3-Análise da Situação Política.

NOTA:

1-As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção de Benavente;

2-As candidaturas a todos os Órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos;

3-Os primeiros 30 minutos seguintes ao período da contagem do quórum servirão para a apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna permanecerá aberta por um período de 1 hora, assim sendo a urna estará aberta das 10h30 às 11h30.

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Entroncamento, para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2004 (Sábado), pelas 15h00, na Sede, sita na Rua Almirante Reis, n.º 69, 2.º Esq., no Entroncamento, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleições para a Mesa do Plenário de Secção e Comissão Política de Secção;
- 2-Informações;
- 3-Análise da Situação Política.

NOTA:

1-As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção do Entroncamento;

2-As candidaturas a todos os Órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser

acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos;

3-Os primeiros 30 minutos seguintes ao período da contagem do quórum servirão para a apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna permanecerá aberta por um período de 1 hora, assim sendo a urna estará aberta das 15h30 às 16h30.

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Olhão da JSD, para reunir no próximo dia 27 de Novembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD/Olhão, sita na Avenida Sá Carneiro, em Olhão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário da JSD;
- 2-Eleição da Comissão Política da JSD.

NOTA:

As listas concorrentes terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Comissão Política de Olhão. As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h00.

GONDEMARIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se todos os militantes do Núcleo de Gondemaria, para reunião a realizar no próximo dia 4 de Dezembro de 2004, pelas 17h00, na Sede do Núcleo (Edifício Foguete), sita no Largo Frei Luís de Sousa, n.º 6, em Gondemaria, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1-Apresentação de Listas;
- 2-Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo de Gondemaria;
- 3-Tomada de posse dos Novos Órgãos.

NOTA:

Período eleitoral em que as urnas de voto estarão abertas das 18h00 às 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da JSD/Gondemaria, na morada supra citada.

NÚCLEO de VILA do CASTELO da MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD da Vila do Castelo da Maia, para reunir no

próximo dia 2 de Dezembro de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD da Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 897, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial da Vila do Castelo da Maia.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 24h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo da Vila do Castelo da Maia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia do PSD da Maia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

CONSELHO DISTRITAL de COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Conselheiros Distritais da JSD de Coimbra, para reunião na Sede Distrital do PSD, em Coimbra, no próximo dia 5 de Dezembro de 2004, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Comissão Política Distrital da JSD de Coimbra.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Plenário Distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos nas respectivas Sedes Concelhias, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 21h30 e as 23h30.

MAFRA

AVISO

A presente convocatória vem anular e rectificar a mesma anteriormente publicada

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir em Plenário, no dia 19 de Novembro de 2004 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede da JSD/Mafra, sita Terreiro D. João V, n.º 61, em Mafra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1-Informações;

- 2-Análise da Situação Política;
- 3-Apresentação do Plano de Actividades;
- 4-Eleição dos Delegados da JSD de Mafra ao XVIII Congresso da JSD.

NOTA:

a)As listas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, na Sede da JSD/Mafra – Terreiro D. João V, 61, em Mafra.

b)As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários.

I Conselho Distrital Eleitoral de Setúbal da JSD

Almada

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Almada, para o próximo dia **4 de Dezembro**, pelas 15h, na sede concelhia de Almada do PSD, na Rua D. João de Castro nº52, R/c, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital Eleitoral

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h30m às 18h30m.

Barreiro

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção do Barreiro, para o próximo dia **4 de Dezembro**, pelas 17h, na sede concelhia do Barreiro do PSD, na Rua Miguel Pais nº39, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital Eleitoral

Nota:

As urnas estarão abertas das 17h30m às 19h.

Grândola

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Grândola, para o próximo dia **4 de Dezembro**, pelas 15h30m, na sede

concelhia de Grândola do PSD, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital Eleitoral

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h às 17h30m.

Moita

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção da Moita, para o próximo dia **5 de Dezembro**, pelas 15h30m, na sede concelhia da Moita do PSD, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital Eleitoral

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h às 17h30m.

Montijo

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção do Montijo, para o próximo dia **5 de Dezembro**, pelas 15h30m, na sede concelhia do Montijo do PSD, na Praça da República nº12, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h às 18h.

Palmela

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Palmela, para o próximo dia **5 de Dezembro**, pelas 15h30m, na sede concelhia de Palmela do PSD, na Rua Hermenegildo Capelo nº141, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital

Nota:

1- As urnas estarão abertas das 16h às 18h.

2- As listas serão entregues na sede distrital de Setúbal do PSD

Santiago do Cacém

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Santiago do Cacém, para o próximo dia **5 de Dezembro**, pelas 15h30m, na sede concelhia de Santiago do Cacém do PSD, no Largo Almeida Garrett nº1/2, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h às 18h.

Seixal

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção do Seixal, para o próximo dia **5 de Dezembro**, pelas 18h30m, na sede concelhia do Seixal do PSD, na Rua do MFA Nº11, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital

Nota:

As urnas estarão abertas das 19h às 22h.

Sesimbra

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Sesimbra, para o próximo dia **4 de Dezembro**, pelas 14h30m, na sede concelhia de Sesimbra do PSD, na Rua da República nº20, 1º Esq, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital

Nota:

As urnas estarão abertas das 15h às 20h.

Setúbal

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Setúbal, para o próximo dia **5 de Dezembro**, pelas 15h30m, na sede concelhia de Setúbal do PSD, Rua Rodrigues de Freitas nº23, 1º Esq, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos

Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h às 19h.

Sines

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário da Secção de Sines, para o próximo dia **4 de Dezembro**, pelas 15h30m, na sede concelhia de Sines do PSD, Rua de Ferreira nº10, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único- Eleição dos Conselheiros Distritais ao I Conselho Distrital

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h às 18h.

I CONSELHO DISTRITAL ELEITORAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o I CONSELHO DISTRITAL ELEITORAL, para o próximo dia **19 de Dezembro**, pelas 14h, no Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, sito no Largo Palácio do Coimbra, com a seguinte

ordem de trabalhos:

- 1-Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Actividades e Contas da CPD/JSD (14h30m)
- 2-Apresentação do Programa de Candidatura das Listas aos Órgãos Distritais (16h)
- 3-Votação (das 17h às 18h30m)
- 4-Encerramento (19h)

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h às 18h.

CONSELHO DISTRITAL ELEITORAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, e na sequência de deliberação, por unanimidade, do Conselho Distrital de Viseu reunido em 9 de Outubro de 2004, convoco o Conselho Distrital Eleitoral de Viseu da JSD para o próximo dia 4 de Dezembro de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD de Viseu sito no Rossio, n.º 14, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Um: Discussão e aprovação da estratégia política distrital da JSD;

Ponto Dois: Eleição da Mesa do Conselho Distrital e da Comissão Política de Distrital de Viseu da JSD.

NOTAS:

- As listas de candidatos e as moções de estratégia global e sectorial devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD Viseu.

- As urnas permanecerão abertas por um período de duas horas, que decorrerá entre as 16h00 e as 18h00 no dia acima indicado.

- As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

CONSELHO DISTRITAL ELEITORAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos em vigor, convocam-se todos os Delegados para a reunião do Conselho Distrital Eleitoral de Lisboa da JSD a realizar no dia 4 de Dezembro de 2004 (Sábado), pelas 17h00, no Auditório da Sede Nacional do PPD/PSD, sita na Rua de São Caetano à Lapa, nº 9, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política Distrital de Lisboa da JSD.

Notas:

a) As listas, cumprindo os estatutos e regulamentos aplicáveis, deverão ser entregues em duplicado, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital de Lisboa da JSD, sita na Rua da Junqueira nº 209, em Lisboa;

b) As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários;

c) As urnas estarão abertas pelo período de 2 horas;

Tomada de posse da JSD/Ponte de Lima Jorge Nuno Sá presente



Tendo sido eleitos no passado dia 16 de Outubro, os novos órgãos concelhios da JSD de Ponte de Lima iniciarão as suas actividades com uma cerimónia de tomada de posse marcada para o próximo 6 de Novembro.

O evento terá lugar pelas 20.00 horas no restaurante Celeiro II, em Ponte de Lima, sendo seguido de uma mega Festa Laranja no Bar LS, para dar início a uma nova etapa da JSD local.

Este jantar contará com a presença do Presidente da JSD, Jorge Nuno Sá, do Director de Informação da JSD, Paulo Colaço e do líder local do PSD, Eng. Manuel Trigueiro, entre muitos outros convidados, dirigentes e simpatizantes da JSD.

JSD de Águeda promove campanha “Cuidado com o que come...”



No passado Sábado, 16 de Outubro de 2004, pelas 15 horas, a JSD de Águeda promoveu a campanha “Cuidado com o que come...”.

A acção decorreu pelas ruas da cidade de Águeda, onde foi distribuído um folheto informativo assinalando o Dia Mundial da Alimentação.

Segundo o Presidente desta estrutura, Carlos Franco, “o Mundo enfrenta actualmente o problema da fome, muitos milhões de pessoas vêm ser-lhes recusado o direito humano mais fundamental... o direito à alimentação”, referindo também que “é preciso enfrentar o problema de uma forma sustentada, não só alimentando os que têm fome, mas com uma estratégia mais vasta de longo prazo”.

De referir que o folheto informativo da JSD/Águeda aborda regras basilares da alimentação e informações úteis para cidadãos de vários estratos etários.

Torneio de Karting JSD/PSD de Setúbal

Cerca de 1 centena de aceleras, fizeram-se à pista do Kartódromo Internacional de Palmela, para participar em mais um animado (e disputado...) evento organizado pelas estruturas Distritais de Setúbal da JSD e do PSD.

Uma corrida ganha pela equipa treinada pelo conceituado jornalista Ribeiro Cristóvão (Deputado do PSD por Castelo Branco), que não teve vida fácil no seu caminho para a vitória. A turma de Castelo Branco foi secundada pela equipa da JSD/Sines, seguida da JSD/Seixal.

Mais um evento que serviu para mobilizar militantes e simpatizantes para que na próxima corrida eleitoral, certamente ajudarão o nosso PSD a chegar, mais uma vez, em primeiro lugar.

Este torneio, a par do torneio da secção de Évora da



JSD, vem fazendo história, estando a implantar-se no “desporto político” a sul do Tejo.

JSD/Paços de Ferreira inicia ciclo de tertúlias



A Comissão Política da Secção da JSD de Paços de Ferreira organizou uma tertúlia na passada sexta-feira, num bar daquela localidade. Esta iniciativa, que deu início ao ciclo de debates na secção, teve como convidado o Presidente da CPD/JSD-Porto, Daniel Fangeiro.

Com esta actividade, que se deverá prolongar nos próximos fins-de-semana, a JSD de Paços pretende desmistificar junto dos jovens a acção política que muitos de nós desenvolvem, cada um à sua maneira, pelo país fora.

Estas conversas informais nos locais onde os mais jovens se encontram, pretende que mais quadros da JSD visitem o concelho de Paços, de forma a responderem às perguntas que os pacenses têm para lhes colocar.

Em Viseu: Fernando Ruas com a JSD/Campo



O Núcleo da JSD/Campo dinamizou no dia 2 de Outubro, uma volta em bicicleta à freguesia do Campo. A volta teve início às 15.30, terminando pelas 18.30.

Esta iniciativa teve como objectivos principais dar a conhecer aos participantes um pouco da riqueza da freguesia do Campo e, ao mesmo tempo, divulgar os projectos que o Núcleo está a desenvolver (site da JSD/Campo e Percurso do Quartzo).

Entre os vários convidados, contou-se com a presença do Presidente da CPS/JSD-Viseu, Pedro Ruas, e do Presidente da CM Viseu, Fernando Ruas, que, aquando da passagem pelo Monte de Santa Luzia, forneceu algumas informações acerca do futuro Museu do Quartzo, a construir precisamente nesse local.

A actividade encerrou com um lanche-convívio entre todos os participantes, na Associação de Moselos.

A Constituição Europeia deu o seu primeiro passo

Na passada sexta-feira, em Roma, realizou-se a cerimónia solene da assinatura do tratado constitucional da Europa, que a partir de agora vai passar a ser ratificado pelos Estados signatários, como Portugal.

Os 25 assinaram o Tratado por ordem alfabética, tendo em conta a inicial do nome do país na sua língua de origem.

O primeiro-ministro da Bélgica e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros foram os primeiros e os dirigentes do Reino Unido os últimos.

Portugal foi representado pelo primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes, e pelo chefe da diplomacia, António Monteiro.

No final da cerimónia de assinatura do Tratado, o Primeiro-Ministro português, em declarações proferidas em conferência de Imprensa, colocou-se ao lado de José Manuel Durão Barroso na busca de uma solução para a aprovação da sua equipa de comissários europeus.

“Seria impensável que posições rígidas e egoístas (...) prejudicassem a margem de manobra do presidente da Comissão Europeia”, disse Santana Lopes, frisando que José Manuel Durão Barroso tem de ter as “mãos livres” para tomar as decisões necessárias para ultrapassar a situação criada e assegurou que essa era a posição de vários dos chefes de Estado e de Governo com quem falou.

“Eu acho que ele não precisa de ajuda mas tem o governo [de Lisboa] ao dispor para tudo o que precisar”, sublinhou.

Santana Lopes afirmou ter sentido uma grande “responsabilidade, orgulho e esperança” na cerimónia de assinatura da primeira Constituição Europeia.

“Confesso que me emocionei”, disse.

Mostrou-se, por outro lado, confiante em que o povo português irá votar favoravelmente a Constituição “de forma significativa”.

Questionado sobre o “afastamento” dos portugueses em relação à Europa - traduzido na elevada taxa de abstenção verificada nas “europeias” - Santana Lopes anunciou o lançamento de uma campanha de esclarecimento sobre a questão.

“A estratégia é levar os cidadãos portugueses a participar [no referendo] independentemente da sua posição política”, esclareceu. Para o chefe do governo português, a assinatura do Tratado marca um dia “histórico e emocionante” para a Europa e Portugal, com o velho continente a demonstrar ao Mundo que apesar da sua diversidade se organiza em paz. – Fonte: Lusa



11º Congresso do PP Andaluz

Miguel Relvas “Convidado de Honra”

De sexta-feira a Domingo, dias 29, 30 e 31 do mês passado, o Partido Popular Andaluz, organização do Partido Popular espanhol naquela região autónoma de Espanha, realizou o seu 11º Congresso, na cidade de Sevilha, para eleição dos seus corpos gerentes.

O Congresso, a que compareceram mais de 1000 delegados, jornalistas e convidados, desenrolou-se no Palácio de Congressos e Exposições da histórica cidade do Betis, sob o lema “Democracia é Mudança. O nosso compromisso é com a Andaluzia”, tendo como finalidade aprofundar um projecto centrista, verdadeiramente andaluz e com propostas provenientes dos andaluzes.

Deve ser assinalada a presença, como “Convidado de Honra” da Mesa do Congresso, do Secretário-Geral do nosso Partido, Miguel Relvas, que foi recebido com grande amizade e carinho e discursou na cerimónia de encerramento do Congresso, recebendo uma das maiores ovações da reunião.

O Congresso terminaria por eleger Javier Arenas como presidente regional do Partido, com uma esmagadora maioria que rondou os 95 por cento e permitirá organizar as equipas e os programas com que o Partido trabalhará nos próximos anos, para ganhar o apoio maioritário dos andaluzes, nas próximas eleições municipais e autonómicas.

No fecho do Congresso e na sua qualidade de Convidado de Honra, Miguel Relvas

dirigiu-se a uma plateia entusiástica, que interrompeu várias vezes o Secretário-Geral do PSD com fortes aplausos.

Manifestando sempre a solidariedade do nosso Partido para com os Populares, Miguel Relvas lembrou que os acompanhávamos nos seus anseios e na sua luta, desejando-lhes felicidades e triunfo e terminando por dizer, dirigindo-se, sempre muito aplaudido, ao seu homólogo espanhol, que “... quero dizer-vos que vamos estar com os nossos olhos na sua acção e no seu trajecto.

Quero dizer-vos que, na Andaluzia e em Espanha, com os dirigentes, com o Secretário-Geral que têm, resulta uma certeza: a certeza de que o PP vai ganhar as próximas eleições...

Do vosso trabalho, resultará uma Andaluzia mais moderna e mais equilibrada.

E sendo mais equilibrada e mais moderna, será uma Andaluzia mais justa.

E sendo mais justa, vale a pena o vosso trabalho, vale a pena a vossa luta!

Viva Javier Arenas! Viva o Partido Popular! Viva a Andaluzia!

O Congresso foi encerrado pelo dirigente máximo, a nível nacional, do PP, Mariano Rajoy, agora empenhado nas duras lutas com os socialistas, na sua qualidade de líder da Oposição no Congresso de Deputados (Parlamento espanhol).

